



22 DE FEVEREIRO

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
SÃO LUÍS – MA**

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

José de Jesus do Rosário Azzolini

SECRETÁRIO ADJUNTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Raimundo Nonato Fernandes Silva

SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA

Monique de Pierrelevée Bragança Cantanhede

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS – TARF

Francisco Flávio Farias Filho

CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Jairo Câmara de Carvalho Filho

SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Raimundo Barnabé da Silva

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO

Alice C. Rodrigues Cardoso

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLE E CONCILIAÇÃO

Maria Regina Leite Vieira

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE FISCALIZAÇÃO

Nayde Carvalho Fonseca

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE INFORMÁTICA

Emerson Lisboa Mendes

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO

Josenildo Gouveia Ribeiro

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTABILIDADE

Rosélia Barros Gomes

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CADASTRO

Eliane Soares

CHEFE DE COMUNICAÇÃO

Juliane Hidelfonso

CHEFE DA ASSESSORIA de RECEITAS TRANSFERIDAS

Paulo Macedo

CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA

Frederico Augusto Costa Lima

COORDENAÇÃO

Maria Cristina Jorge Andrade – Assessora de Planejamento Fazendário

Nair de Azevedo Goytacaz – Assessora de Planejamento Fazendário

DIAGRAMAÇÃO: Bruno Moura Leitão – Auxiliar Administrativo

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como foco apresentar a consolidação dos dados mais relevantes, verificados, durante o exercício de 2023, no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda, de forma a proporcionar uma visão geral das atividades realizadas.

No documento encontram-se informações sobre a estrutura da SEMFAZ, ações realizadas, resultados da arrecadação e das atividades executadas pelas diversas unidades administrativas do órgão e o desempenho de diversos programas; bem como resultados obtidos com o atendimento de contribuintes que conta com cinco postos de atendimento disponíveis em diversos pontos da cidade e o avanço do atendimento on-line, por meio de aplicativo de mensagens e e-mail.

O Relatório de Gestão da SEMFAZ é um documento que registra a melhoria na prestação de serviços, o crescimento da arrecadação municipal e como as ações estratégicas realizadas pelo fisco afetaram, positivamente a imagem do órgão para a sociedade ludovicense.

Apresentam-se, também, informações técnicas distribuídas entre comentários, tabelas, fotos e gráficos; assim como as realizações da atual gestão da Secretaria Municipal da Fazenda voltadas à expansão da oferta de serviços públicos e à manutenção institucional do município, o que remete à missão da SEMFAZ, que é “Formular e executar políticas tributárias, promovendo a justiça fiscal e social”.

Informações mais específicas de algumas das recentes ações da Fazenda Municipal que se mostraram essenciais ao crescimento da receita própria tributária e ao saneamento das contas públicas concentram-se neste relatório. Evidenciam-se, de um lado, ações na área de Gestão Tributária, a SEMFAZ não tem poupado esforços para o incremento da arrecadação dos impostos e taxas municipais, que possibilitam aumentar a capacidade de pagamentos e investimentos públicos. Por outro lado, na área de Gestão Administrativo-Financeira, a SEMFAZ tem implementado uma série de medidas buscando a regularização de suas obrigações, em meio a uma situação de fragilidade econômico-financeira do município, tudo em prol do objetivo precípuo de restabelecer o necessário equilíbrio fiscal.

SUMÁRIO

1 OBJETIVO	7
2 A SEMFAZ	8
2.1 Identidade Institucional	8
2.2 Estrutura	9
2.3 Colaboradores	9
2.3.1 Quadro de Servidores	9
2.3.2 Quadro Terceirizado.....	9
2.4 Instalações	9
2.4.1 Nova Sede.....	9
2.4.2 Postos Avançados de Atendimento.....	10
2.5 Execução Orçamentária	10
3 AÇÕES DA SEMFAZ	12
3.1 Governança e Sociedade	12
3.1.1 Justiça Fiscal – TARF	12
3.1.1.1 Criação do TARF	12
3.1.1.2 Membros do TARF	12
3.1.1.3 Desempenho das Atividades do TARF	13
3.1.1.4 Execução Orçamentária do TARF	16
3.1.2 Democracia Participativa.....	16
3.1.2.1 – Participação em Entidades Representativas	16
3.1.2.2 – Palestra Sobre Benefícios Fiscais – Centro Histórico - Maranhão De Negócios	16
3.1.2.3 – Visita do Novo Presidente da Câmara à SEMFAZ	17
3.1.2.4 – Reunião SEMFAZ, SEMISPE, SEMURH, PGM e BID	17
3.1.2.5 – Reunião SEMFAZ, SEMURH e CORREIOS	18
3.1.2.6 – Reunião SEMFAZ, SEMURH e INCID	18
3.1.2.7 – Visita dos Representantes da ACM-MA	18
3.1.2.8 – Reunião Acordo Técnico NAF.....	19
3.1.2.9 – Intercâmbio de informações relacionadas à logística portuária no Complexo do Itaqui.....	19

3.1.2.10 – Sistema Redesim	19
3.1.2.11 – Encontro entre SEMFAZ e CRC-MA	20
3.1.3 Cidadania Fiscal	21
3.1.3.1 Ouvidoria da SEMFAZ	21
3.1.3.2 Encontro sobre serviços de Ouvidoria	21
3.1.3.3 Audiências de Gestão Fiscal.....	21
3.1.3.4 Audiências das Peças Orçamentárias	22
3.1.3.5 Carta de Serviços ao Cidadão	23
3.2 Processos Finalísticos	23
3.2.1 Fiscalização	23
3.2.1.1 Controle da ação fiscal.....	23
3.2.1.2 Planejamento Da Ação Fiscal	23
3.2.1.3 Movimento Econômico.....	24
3.2.1.4 Ações Da Fiscalização 2023 Por Auditoria Fiscal Externa ...	24
3.2.2 Desempenho das receitas	37
3.2.2.1 Receitas Próprias.....	38
3.2.3.2 Receitas Transferidas	42
3.2.2.3 Receitas da União.....	42
3.2.2.4 Receitas do Estado	44
3.2.2.5 FUNDEB	45
3.2.2.6 Receitas de Capital	46
3.2.2.7 Dependência Financeira	46
3.2.2.8 Análise das receitas transferidas	47
3.2.3 Legislação.....	54
3.2.4 Qualificação dos Gastos Públicos.....	55
3.2.4.1 Posição Atual da Dívida Pública	55
3.2.4.2 Repasse Constitucional à Câmara Municipal	55
3.3 Suporte Institucional	56
3.3.1 Atendimento Inteligente	56
3.3.1.1 Postos de Atendimento	56
3.3.1.2 atendimentos Presenciais.....	57

3.3.2	Cadastros Imobiliário.....	58
3.3.3	Controle e Conciliação	68
3.3.4	Fidedignidade Contábil.....	69
3.3.4.1	Fechamento Contábil	69
3.3.4.2	Gestão Fiscal (RREO e RGF)	69
3.4	Gestão Estratégica	70
3.4.1	Planejamento Estratégico SEMFAZ 2022-2025	70
3.4.2	Imagem Institucional	71
3.4.2.1	Rede Interna	71
1.4.2.2	Rede Social.....	72
3.4.3	Gestão do Conhecimento.....	72
3.5	Agentes Alavancadores.....	72
3.5.1	Tecnologia da Informação e Comunicação	72
3.5.1.1	Modernização dos sistemas da Semfaz	72
3.5.1.2	Quadro de colaboradores	73
3.5.1.3	Integração Institucional	73
3.5.1.4	Inteligência Estratégica e Gestão do Conhecimento	74
3.5.1.5	Soluções Tecnológicas e de comunicação remota.....	75
3.5.1.6	Inteligência Estratégica e Gestão do Conhecimento	78
3.5.2	Gestão de Pessoas	78
3.5.2.1	Posse de novos auditores de tributos municipais – 2023.....	78
3.5.2.2	Curso Prático, Completo e Avançado de Dívida Ativa e Cobrança Fazendária.....	79
3.5.2.3	Curso Prático sobre a arrecadação de IPTU e ITBI	79
3.5.2.4	Treinamento – Sistema SIARH – Folha de Pagamento	79
3.5.2.5	Oficinas de Trabalho com Novos Auditores Fiscais	79
3.5.2.6	Integração de Novos Auditores.....	80
3.5.3	Infraestrutura e Ambiente	80

1 OBJETIVO

Este relatório tem como objetivo apresentar dados sobre as atividades realizadas pela Secretaria Municipal da Fazenda (SEMFAZ), em 2023. Ao longo do documento, são expostas informações sobre os resultados da arrecadação municipal e das ações realizadas no âmbito da SEMFAZ, em prol do aumento real da arrecadação municipal e, também, em benefício dos servidores do órgão.

O documento expõe, ainda, o desempenho das ações elaboradas e lançadas no decorrer de 2023 e de setores cruciais para o desenvolvimento do órgão, como a Arrecadação, Fiscalização, TARF, Cadastro Imobiliário, Financeiro.

2 A SEMFAZ

A Secretaria Municipal da Fazenda (SEMFAZ) é o órgão central do sistema fazendário (Lei de Criação nº 1646, de 10.01.1966) tendo por finalidade e competência elaborar, coordenar e controlar as políticas tributárias, fiscal, financeira e contábil do município de São Luís.

Pela passagem do aniversário de 57 anos de criação e instalação do órgão, foi celebrada uma solenidade dirigida pelo secretário municipal da Fazenda, José Azzolini, o qual proferiu discurso de abertura para todos os servidores e convidados que participaram da comemoração. Os servidores foram homenageados pelo importante papel que exercem no órgão, pois são eles que desempenham, diariamente, todas as atividades do fisco e, são os responsáveis pelos resultados obtidos ao longo dos últimos 57 anos.



2.1 Identidade Institucional

A **identidade institucional da SEMFAZ, vigente desde julho de 2021**, foi delineada de forma participativa por seus gestores, dirigentes e lideranças dos quadros de servidores, visando contribuir para o aprimoramento da administração fazendária, prestando à sociedade um serviço de excelência e primando pela aplicação dos princípios da justiça fiscal e da equidade tributária. Eis, pois, o tripé da identidade do órgão:

MISSÃO

“Formular e executar políticas tributárias, promovendo a justiça fiscal e social”.

VISÃO DE FUTURO

“Ser reconhecida como uma instituição inovadora, que promove atendimento de excelência e comprometida com a responsabilidade fiscal”.

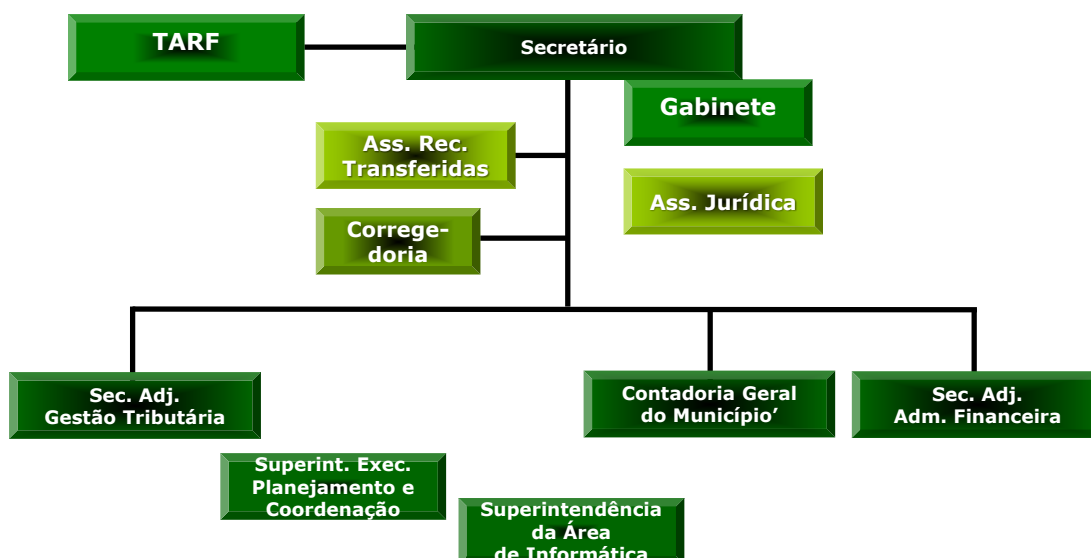
VALORES

“Ética, Transparência, Inovação, Comprometimento e Solidariedade”.

2.2 Estrutura

A estrutura orgânica da SEMFAZ foi aprovada pela Lei nº 3.896/2000 (17.04.2020), e seu Regimento Interno pelo Decreto nº 30.146/2007 (16.05.2007). A figura a seguir espelha as áreas dirigentes do órgão.

Organograma Interno (visão parcial)



2.3 Colaboradores

2.3.1 Quadro de Servidores

Atualmente, a SEMFAZ possui 281 servidores, com a seguinte configuração:

Cargo/Função	Qtd.
Efetivos	124
Efetivos comissionados	41
Comissionados externos	116
Total	281

2.3.2 Quadro Terceirizado

Além de seu quadro de servidores, a SEMFAZ conta com outros colaboradores terceirizados para o desenvolvimento de atividades de apoio logístico, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Serviços	Qtd.
Limpeza e Conservação	16
Segurança e Vigilância	16
Administrativos Terceirizados	115
Total	147

2.4 Instalações

2.4.1 Nova Sede



Foto: Barnabé Silva

A sede da SEMFAZ, localizada na Rua do Egito, 283, Centro, 65.010-190, foi adquirida pela Prefeitura de São Luís em 05.09.2009, ocupada pelo órgão em agosto de 2022 e entregue à população, em setembro de 2022. Recebeu o nome de João Castelo Ribeiro Gonçalves, prefeito da cidade quando da aquisição do imóvel.

O prédio é uma das poucas edificações de arquitetura moderna no Centro Histórico de São Luís, e foi sede do extinto Banco do Estado do Maranhão S.A., faz parte da história da cidade, sendo a terceira construção vertical de São Luís (antes dele, o João Goulart, na Avenida Pedro II, e o Caiçara, na Rua Grande).

As instalações disponibilizam atendimento aos contribuintes, setores ampliados e andares totalmente estruturados, oferecendo aos contribuintes e, também, aos servidores um ambiente moderno e aconchegante. São 10 andares que contam com setores organizados, instalação de data center, subestação de energia, dois elevadores, sistema de proteção e combate a incêndio, equipamentos novos, salas climatizadas, mobília nova, entre outras intervenções.

2.4.2 Postos Avançados de Atendimento

A SEMFAZ conta com cinco postos de atendimento, distribuídos em diversos pontos da cidade e com horário estendido de atendimento. A abertura de novas unidades tem como objetivo principal a descentralização dos serviços do órgão.

Com os postos de atendimento, a SEMFAZ conseguiu, para além da descentralização, aumentar a quantidade de atendimentos realizados por mês e, também, diminuir as grandes filas concentradas na sede da SEMFAZ. A relação dos postos consta no item Atendimento Inteligente.

2.5 Execução Orçamentária

A SEMFAZ responde por duas Unidades Orçamentárias da Prefeitura de São Luís:

- 14.101 – Secretaria Municipal da Fazenda (SEMFAZ); e
- 22.102 – Recursos sobre a Supervisão da SEMFAZ (RESEMFAZ).

Em 2023, a unidade **SEMFAZ** contou com a dotação atualizada de R\$ 66.269,67 milhões de reais, dos quais 64% foram empenhados com despesas de pessoal, 21,5% em ações finalísticas, restando 14,5% para aquelas relativas ao custeio do órgão, conforme evidenciados no quadro à direita.

Execução Orçamentária da SEMFAZ			
Posição 31.12.2023			
Em R\$ mil			
	LOA Atualizada	Empenhado	% AV
Otimização da Gestão Tributária	13.306,58	11.111,09	19,8
Tribunal de Recursos	976,50	942,20	1,7
Modernização da Gestão	1.950,00	7,50	0,0
Custeio	10.378,22	8.093,60	14,5
Pessoal	39.658,37	35.854,86	64,0
Rec. Próprios	66.269,67	56.009,25	100,00
TOTAL	66.269,67	56.009,25	

Fonte: Balancete das Despesas - GIAP

O **RESEMAZ**, assim como a RESEMAD, é uma unidade orçamentária do Executivo Municipal específica para abrigar as dotações relativas às despesas municipais que não se enquadram como típicas de nenhuma das demais Unidades da Administração Direta e Indireta, uma vez que se referem a compromissos atinentes ao Município como um todo, a exemplo de encargos especiais (encargos judiciais, parcelamentos, ao abrigo das EC nº 62/2009, 94/2016 e 99/2017); amortizações e outros encargos financeiros decorrentes de financiamentos e de parcelamentos de obrigações previdenciárias – INSS – IPAM; e despesas contributivas – PASEP; contribuições previdenciárias – INSS.

Execução Orçamentária da RESEMAZ			
Posição 31.12.2023			
Em R\$ mil			
Ações	LOA Atualizada	Empenhado	%
Tarifas Bancárias	6.530,08	6.528,17	3,2
Contribuição para o PASEP	46.018,87	46.018,87	22,4
Encargos da Dívida Pública (juros, amortização e outros)	100.880,37	100.880,34	49,1
Encargos Judiciais (sentenças e precatórios)	52.265,86	52.123,09	25,4
TOTAL	205.695,18	205.550,47	100,00

Fonte: Balancete das Despesas - GIAP

Conforme demonstrado no quadro ao lado, da dotação orçamentária autorizada para 2023, no período de janeiro a dezembro, o RESEMAZ comprometeu com empenhos um total de R\$ 205.6 mi, sendo 49,1% com despesas decorrentes da dívida pública.

3 AÇÕES DA SEMFAZ

3.1 Governança e Sociedade

3.1.1 Justiça Fiscal – TARF

3.1.1.1 Criação do TARF

O Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Município de São Luís – TARF, foi criado através da Lei nº 6.289/2017 (Código Tributário Municipal - CTM), com sede na cidade de São Luís e jurisdição em todo o território do Município de São Luís, é órgão administrativo colegiado, com autonomia decisória, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda, composto pela Primeira e Segunda Instâncias de Julgamento e tem por finalidade julgar em caráter definitivo os processos administrativos resultantes de infração à legislação tributária e fiscal, conforme previsão dos artigos 224 e 225 do mesmo diploma legal.

3.1.1.2 Membros do TARF

Em janeiro do ano de 2023 foram empossados os novos Conselheiros e representantes da Procuradoria Geral do Município, bem como procedida a eleição para presidente deste tribunal, para o triênio de 2023 a 2025, ficando com a seguinte composição:

Presidente: Francisco Flávio Farias Filho

1ª Câmara – Conselheiros: <ul style="list-style-type: none">- José Maria Araújo Dos Santos (SEMFAZ)- Emerson Lisboa Mendes (SEMFAZ)- Cláudia Galgani Carvalho Alves (ACM-MA)- Fernando José Leite Oliveira (CRC-MA)- Valdélia Campos da Silva Araújo (PGM)	Suplentes: <ul style="list-style-type: none">- Antônio José Dos Santos (SEMFAZ)- Pedro de Sousa Lima (SEMFAZ)- Nubia Regina Coelho Sousa (ACM-MA)- Radamesse dos Santos Bezerra (CRC-MA)- Viviane Gomes de Brito Andrade (PGM)
2ª Câmara – Conselheiros: <ul style="list-style-type: none">- Renan dos Santos Guedes (SEMFAZ)- Manfrini Pereira Freire (SEMFAZ)- Antônio de Sousa Freitas – FECOMERCIO;- Ana Rute Nunes (FIEMA)- Marcelo Duailibe Costa (PGM)	Suplentes: <ul style="list-style-type: none">- Sonali Gruber Ribeiro (SEMFAZ)- Omar Furtado de Matos (SEMFAZ)- Manoel Antônio de Sousa (FECOMERCIO)- João Batista Rodrigues – (FIEMA)- Anne Karole Silva Fontinelle Brito (PGM)

O Secretário Municipal da Fazenda, José Azzolini, presidiu (em 20.01.2023) a cerimônia de **posse dos conselheiros e procuradores** do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF), além da eleição da presidência para o triênio 2023-2025.

O auditor fiscal da Fazenda, **Francisco Flávio Farias Filho**, foi eleito presidente do **TARF** para o mencionado triênio. Em sua fala, expressou sua honra pelo cargo e comprometeu-se a liderar o tribunal de maneira compartilhada, democrática e com foco em melhorias contínuas nos procedimentos e estrutura, visando assegurar a justiça fiscal e os benefícios sociais provenientes dos recursos arrecadados.



3.1.1.3 Desempenho das Atividades do TARF

No que se trata do **prazo médio para conclusão dos trabalhos**, o artigo 251 do CTM, traz o prazo máximo de 90 (noventa) dias para que o TARF profira suas decisões, contados a partir da devolução do processo pelo Conselheiro Relator.

Destaca-se, por mais que haja previsão expressa para conclusão dos trabalhos, vale ressaltar que o Regimento Interno prevê a possibilidade de pedido de vista tanto dos Conselheiros, como do representante da Procuradoria Geral do Município neste TARF, bem como pedidos de diligências ou adiamento de julgamentos.

No que diz respeito as **principais matérias** que chegaram para apreciação do TARF, grande parte dos processos administrativos referem-se ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – **ISSQN**. Também houveram demandas relacionadas ao Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (**ITBI**) e Taxa de Licença e Verificação Fiscal.

Houve **melhorias** na Coordenação de Apoio Administrativo do TARF (Segunda Instância), em referência à instalação de Impressora com Xerox e Scanner, bem como a aquisição de um aparelho celular para auxiliar nas sessões e uma TV para compartilhar em tela os processos sendo julgados em sessão, o aumento do número dos colaboradores junto a Coordenação e a implantação do sistema 1-DOC, que contribuem para a melhoria do ambiente de trabalho, promovendo o incremento de mais produtividade na execução das tarefas dos colaboradores, julgadores, conselheiros e demais interessados no melhor desenvolvimento dos trabalhos do TARF.

Visando melhorar a comunicação da Fazenda Municipal com os Contribuintes, foi criada no **site da SEMFAZ** uma aba específica para tratar de todos os assuntos do TARF. Esse **ambiente online** disponibiliza o acesso aos documentos produzidos por este Órgão (Atas, Pautas e Acórdãos), além de Solicitação de Sustentação Oral, Contatos, e em breve a Revista Tributária.

Está em processo de contratação a elaboração da **Revista Tributária** do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF), com o objetivo de publicizar os Pareceres dos representantes da Procuradoria Geral do Município, Relatórios, Votos e Acórdãos dos Conselheiros do TARF, bem como artigos dos membros da Administração Tributária do Município de São Luís sobre matéria tributária.

Através do Decreto nº 59.246 de 15 de maio de 2023, foram realizadas **atualizações no Regimento Interno – RITARF**, visando a fiel adequação à Lei nº 6.289/2017.

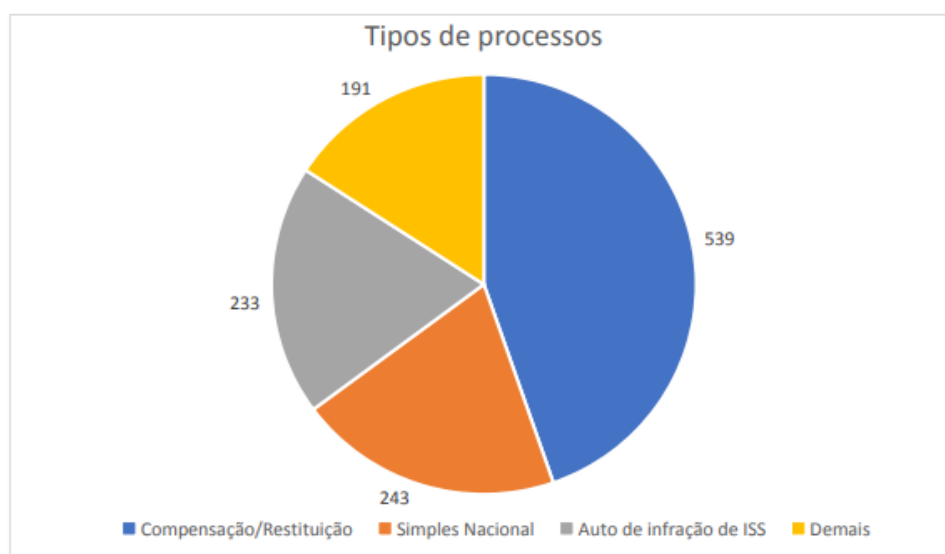
Foi dado início aos estudos com vistas à elaboração de proposta de **minuta de projeto** de lei a ser apresentada ao Secretário da Fazenda, para **instituição da Câmara de Autocomposição Tributária**, com objetivo de **prevenção e resolução consensual de conflitos em matéria tributária** administrativa e judicial entre a Administração Tributária Municipal e o contribuinte.

Com a atual composição, observou-se maior celeridade na emissão de pareceres pelos representantes da Procuradoria Geral do Município, bem como os relatórios e votos dos Conselheiros, culminando com uma maior produtividade.

Segue o **Relatório das Atividades** desenvolvidas do TARF na PRIMEIRA INSTÂNCIA (Coordenação de Apoio Técnico e Normativo), no exercício de 2023:

PRIMEIRA INSTÂNCIA	Quant.
Analisados e Julgados A/I de ISSQN, Procedentes, Improcedentes e Parc. Proc.	233
Analisados Processos de Impugnação de ITBI	98
Analisados Processos de Consulta	5
Parecer em Proc. de Compensação/Restituição de IPTU, ITBI, ISS e Rev. de Alvará	539
Analisados Processos de Baixa de Inscrição	82
Analisados Processos de ISSQN do Simples Nacional	243
Analisados Processos de ISSQN – Uniprofissional Fonte:	06

Fonte: CATN/TARF



SEGUNDA INSTÂNCIA		Quant.
Recursos para julgamento em 2023 (anos anteriores)		81
PROCESSOS RECEBIDOS EM 2023		Quant.
Analizados Processos de Consulta		
Recursos recebidos (processos físicos) e gerados em processos virtuais – E DOC		171
Recursos recebidos no 1DOC e pendentes de julgamento		90

Fonte: CAA/TARF

SESSÕES REALIZADAS EM SEGUNDA INSTÂNCIA DO TARF EM 2023		Quant.
Na Primeira Câmara		52
Na Segunda Câmara		52
No Tribunal Pleno		12
Total		116

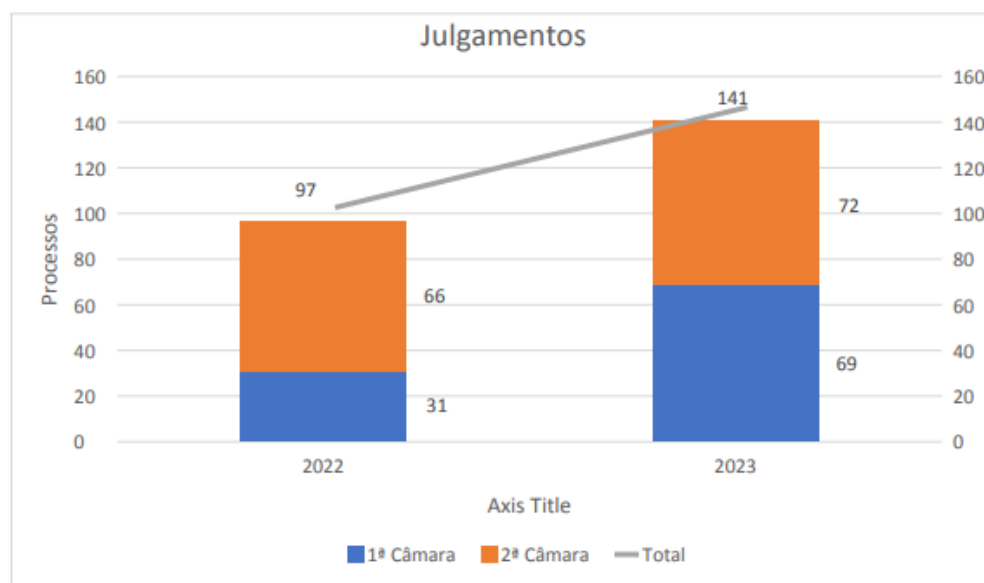
Fonte: CAA/TARF

PROCESSOS JULGADOS EM SEGUNDA INSTÂNCIA DO TARF EM 2023		Quant.
Na Primeira Câmara		69
Na Segunda Câmara		72
Total		141

Fonte: CAA/TARF

PROCESSOS JULGADOS EM SEGUNDA INSTÂNCIA DO TARF EM 2022		Quant.
Na Primeira Câmara		31
Na Segunda Câmara		66
Total		97

Fonte: CAA/TARF



VALORES DOS PROCESSOS JULGADOS EM SEGUNDA INSTÂNCIA DO TARF EM 2022	R\$
Recursos de Ofício - 47	4.775.739,68
Recursos de Ofício e Voluntário - 02	11.209,61
Recursos Voluntários - 92	19.540.445,25
Total	24.327.404,54

Fonte: CAA/TARF

3.1.1.4 Execução Orçamentária do TARF

O quadro ao lado retrata a posição atualizada da **execução orçamentária** da atividade do TARF, relativa ao período de janeiro a dezembro/2023, sendo **98,6% com despesas do quadro do Tribunal**. Ressalta-se que o TARF se vale das dotações da ação de custeio da SEMFAZ para a manutenção das suas

coordenadorias, pelo fato de ocupar o mesmo prédio desta última e a operacionalização das despesas tornar-se mais desburocratizada. Assim, apenas utiliza-se de dotação própria para viabilizar despesas de pequeno valor para pronta realização.

Despesas do TARF - 2023			
Posição: 31.12.2023			
Em R\$ mil			
Ações	LOA Atualizada	Empenhado	%
Custeio do TARF	47,69	13,40	1,42
Quadro de Pessoal	928,80	928,8	98,58
Total	976,50	942,20	100,00

Fonte: Balancete das Despesas - GIAP

3.1.2 Democracia Participativa

3.1.2.1 – Participação em Entidades Representativas

A alta Administração da SEMFAZ participa das seguintes entidades representativas:

- a) Conselho da COLISEU;
- b) Comitê Gestor de Planejamento e Orçamento;
- c) Conselho do IPAM;
- d) Conselho Municipal da Cidade (CONCID) – Suplente.

3.1.2.2 – Palestra Sobre Benefícios Fiscais – Centro Histórico - Maranhão De Negócios

Foi ministrada pela Superintendente de Fiscalização da SEMFAZ, Nayde Carvalho uma palestra sobre benefícios fiscais destinados a empresas localizadas no Centro Histórico de São Luís. A palestra foi a participação da SEMFAZ (04.05.2023) no evento Maranhão em Negócios, promovido pela Associação Comercial do Maranhão (ACM-MA).

A SEMFAZ também disponibilizou um stand com auditores fiscais de tributos para esclarecer dúvidas e fornecer informações aos investidores e empresários presentes no evento.



3.1.2.3 – Visita do Novo Presidente da Câmara à SEMFAZ

O Secretário Municipal da Fazenda, José Azzolini, recebeu, em cortesia, o novo **Presidente da Câmara Municipal** de São Luís, Vereador Paulo Victor, e o Vereador Aldir Júnior, juntamente com uma **comitiva de parlamentares**, em 19 de janeiro.



Durante o encontro, foram discutidos e alinhados detalhes referentes aos **repasses constitucionais** à Câmara Municipal de São Luís, em cumprimento à Carta Magna do País e da Lei Orgânica do Município.

3.1.2.4 – Reunião SEMFAZ, SEMISPE, SEMURH, PGM e BID

A Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais (SEMISPE) promoveu, em 19 de janeiro de 2023, uma reunião com as Secretarias Municipais da Fazenda (SEMFAZ), Urbanismo e Habitação (SEMURH) e a Procuradoria Geral do Município (PGM).

Durante o encontro, foram alinhados pontos no sentido de que esses órgãos caminhem em sincronia aos projetos a serem implementados na cidade. A reunião marcou o encerramento da visita da equipe da **Missão Técnica do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**.

3.1.2.5 – Reunião SEMFAZ, SEMURH e CORREIOS

Em 20 de janeiro, ocorreu um encontro entre SEMFAZ, SEMURH e os Correios com o intuito de iniciar negociações para estabelecer um Termo de Cooperação Técnica entre esses órgãos.

Diante da necessidade dos Correios de manter atualizado o cadastro de endereços para aprimorar a qualidade na entrega domiciliar à comunidade, a empresa discutiu com a SEMFAZ e SEMURH a **viabilidade do repasse de dados cadastrais dos bairros e logradouros de São Luís**.

Na reunião, estiveram presentes representantes da SEMFAZ, incluindo a Secretária Adjunta de Gestão Tributária, Monique Bragança, a Superintendente do Cadastro, Eliane Sampaio, e a Coordenadora de Cartografia e Geoprocessamento, Débora B. da Silva. Representando a SEMURH, o Secretário Adjunto de Urbanismo, Leandro Azevedo, e representando os Correios, estavam Francisco R. Silva, Rosemary N. Pereira, Liege C. Ferreira e Sheyla de A. Castro.

3.1.2.6 – Reunião SEMFAZ, SEMURH e INCID

Em 10 de fevereiro, a Secretária Adjunta de Gestão Tributária, Monique Bragança, recebeu na SEMFAZ representantes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH) e do Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (INCID) para alinhar procedimentos relacionados à **criação e manutenção da designação de logradouros e bairros** em São Luís.

O foco da reunião foram as definições de diversos bairros da capital maranhense e a **utilização da base cadastral do município** para a conclusão desse trabalho. Participaram representando a SEMFAZ a Secretária Adjunta de Gestão Tributária, Monique Bragança; a Superintendente da Área de Cadastro, Eliane Sampaio; e as Coordenadoras de Cadastro e de Cartografia e Geoprocessamento, Rosecléa Palhano e Débora Silva, respectivamente. Pela SEMURH, o Secretário Adjunto de Urbanismo, Leandro Azevedo; e pelo INCID, a Superintendente de Pesquisa, Documentação e Projetos, Thalyta Fernandes; e as Coordenadoras de Documentação e de Pesquisa, Nina Lago e Mércia Teles, respectivamente.



3.1.2.7 – Visita dos Representantes da ACM-MA

Em 15 de fevereiro, o Secretário Municipal da Fazenda, José Azzolini, recebeu o Presidente da Associação Comercial do Maranhã (ACM-MA), Cristiano Barroso Fernandes,

e o Vice-Presidente para Assuntos da Construção Civil, Infraestrutura e Imobiliários. No encontro foram alinhadas as agendas comuns entre os órgãos, visando benefícios para todos.

3.1.2.8 – Reunião Acordo Técnico NAF



No dia 24 de fevereiro, ocorreu uma reunião entre representantes da SEMFAZ, Receita Federal e SEFAZ MA, com o propósito de discutir a assinatura de um acordo de Cooperação Técnica para o projeto NAF - Núcleo de Assessoramento Fiscal. Este projeto visa estabelecer colaboração entre essas entidades e instituições de ensino superior que oferecem o Curso de Ciências Contábeis. O NAF tem como objetivo permitir que as três esferas de poder forneçam apoio

aos alunos de graduação em Ciências Contábeis, possibilitando que eles ofereçam assistência gratuita a pessoas físicas, à população hipossuficiente e pequenas empresas.

Na reunião estiveram presentes representantes da Secretaria Municipal da Fazenda, da Receita Federal e da SEFAZ-MA, incluindo auditores fiscais e delegados. O encontro contou também com a participação de representantes da Cidadania Fiscal da 3ª Região Fiscal, da agência de Imperatriz e da Delegacia da Receita Federal de São Luís.

3.1.2.9 – Intercâmbio de informações relacionadas à logística portuária no Complexo do Itaqui.

No dia 06 de março, o Grupo Técnico do Porto (GT-PORTO), responsável pelas ações de fiscalização no Porto do Itaqui, realizou uma reunião com representantes da Alfândega e da Delegacia da Receita Federal do Brasil (RFB) para discutir o intercâmbio de informações relacionadas à logística portuária no Complexo do Itaqui.



A reunião contou com a presença de Auditores Fiscais do GT-Porto, incluindo Victor Goulart, Luciano Braga, Renan Guedes, Karolina Guillén, e o Superintendente de Informática da SEMFAZ, Emerson Lisboa. Representando a Alfândega e a Delegacia da RFB estavam Carlos Eduardo França, José de Ribamar Fernandes, Roosevelt Saboia, Fabio Rodrigues, Alexandre Magno e Reinaldo Brito.

3.1.2.10 – Sistema Redesim



No dia 12 de maio, a Secretaria Municipal de Fazenda (**SEMFAZ**), Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (**AMDES**), Blitz Urbana, Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (**SEMURH**) e Junta Comercial do Maranhão (**JUCEMA**) realizaram uma reunião para discutir os procedimentos do Empresa Fácil - Sistema Redesim e, assim, alinharem as rotinas para a expedição de

alvará de funcionamento por meio deste sistema.

Participaram representando a SEMFAZ a Secretária Adjunta de Gestão Tributária, Monique Bragança, e os servidores que atuam diretamente com a Redesim, Maria José Caldas, Josenildo França dos Santos e o Auditor Fiscal, Aured Rodrigues. Também estiveram presentes o Presidente da AMDES Felipe Mussalém, o Secretário Adjunto de Urbanismo, Leandro Azevedo; o Diretor da Blitz Urbana, João Victor Cunha; e o Coordenador do Empresa Fácil (Redesim), Ítalo Lima.

3.1.2.11 – Encontro entre SEMFAZ e CRC-MA

Na reunião de 02.06.2023 foi fortalecida a proximidade entre os contribuintes. Desta feita, por meio do Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão (CRC-MA). Na ocasião foram prestados esclarecimentos acerca de **procedimentos fiscais de interesse da categoria**,

Participaram da reunião, em representação da SEMFAZ, o Secretário Municipal da Fazenda, José Azzolini, e a Secretária Adjunta de Gestão Tributária, Monique Bragança. Pelo CRC-MA, estiveram presentes a presidente e o vice-presidente, Ana Lígia Martins e Fernando José Leite, respectivamente, além do contador Rafael Fagundes e o advogado Alex Costa.



Data: 02 jun 2023

3.1.3 Cidadania Fiscal

3.1.3.1 Ouvidoria da SEMFAZ

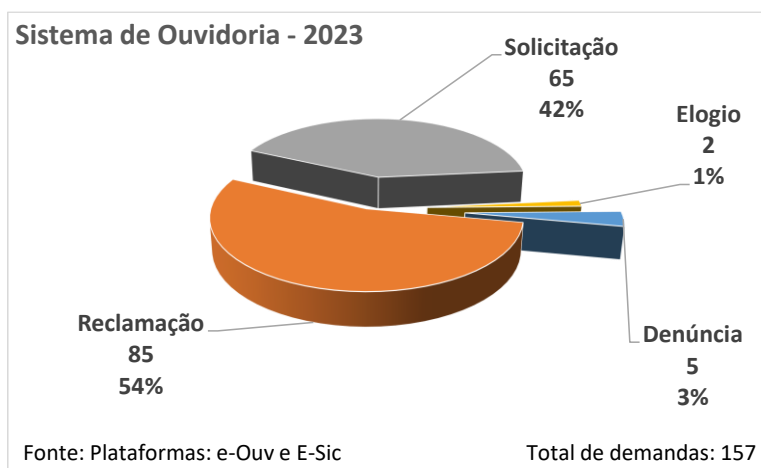
A Semfaz integra o sistema de ouvidoria da Prefeitura, como unidade setorial da Ouvidoria Central (Unidade administrativa da CGM), exercendo autonomia nas matérias de sua competência institucional.

A SEMFAZ ainda não instituiu uma unidade administrativa em sua estrutura orgânica. A Ouvidoria do órgão é exercida por nomeação de dois Assessores de Planejamento Fazendário, cada um responsável pelas demandas recepcionadas via plataformas e-Sic e e-Ouv.

A atuação na ouvidoria do órgão engloba direcionar cada uma das demandas recepcionadas para as áreas competentes em dar solução; e informar ao cidadão demandante.

Em 2023, as plataformas e-Ouv e e-Sic processaram 157 demandas, sendo 95% (150) solicitações e reclamações. Cabe destacar que a quase totalidade das demandas referem-se a demora da obtenção de solução.

As cinco denúncias foram de natureza geral da Prefeitura ou relativas a outros órgãos, tendo sido redirecionadas para estes.



3.1.3.2 Encontro sobre serviços de Ouvidoria



Data: 20.abr.2023

Por solicitação da SEMFAZ, visando a melhoria contínua nos serviços de transparência fiscal, foi promovida uma reunião (20.04.2023) com membros da Controladoria Geral do Município (CGM) para esclarecimentos acerca dos pedidos de **acesso à informação e dos serviços de Ouvidoria** oferecidos pela Prefeitura de São Luís.

3.1.3.3 Audiências de Gestão Fiscal

A Semfaz, quadrimestralmente, realiza a exposição da Gestão Fiscal do Executivo Municipal, comparecendo, em audiência pública, na Câmara de Vereadores, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), demonstrando, à **Comissão de Orçamento, Finanças, Planejamento e Patrimônio Municipal (COFPPM)**, da Câmara de São Luís, o desempenho das finanças do município.



Data: 21.ago.2023

Em 2023 as seções foram agendadas pela Câmara para os dias **28 de março, 21 de agosto e 29 de novembro**, respectivamente relativas ao 3º quadrimestre/2022, e aos 1º e 2º quadrimestres de 2023.



Data: 29.nov.2023

Na última audiência, realizada em 29.11.2022, o auditor Renan Guedes realizou uma apresentação dos resultados constantes nos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), referentes ao 2º quadrimestre de 2023. Foram esclarecidas dúvidas e indagações formuladas pelos vereadores presentes. Nesta audiência o destaque da plenária foi o avanço da arrecadação municipal.

Como de praxe, a SEPLAN se fez presente nestas audiências, em apoio à equipe da SEMFAZ.

3.1.3.4 Audiências das Peças Orçamentárias

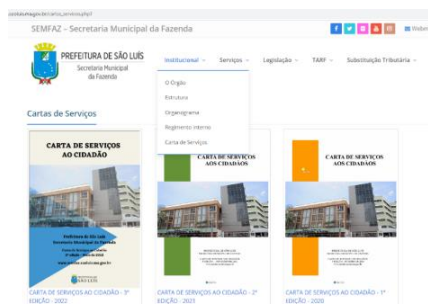
A Semfaz ainda se fez presente nas audiências de apresentação de cada peça orçamentária, realizadas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN), junto à Câmara Municipal. Neste exercício, tais audiências aconteceram nas seguintes datas:

31.08.2023 – audiência da LDO 2023; e
11.12.2023 – audiência do LOA 2023.



3.1.3.5 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao cidadão tem por objetivo informar sobre os serviços prestados pelo órgão, bem como as formas de acesso e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público (Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017).



A edição fica disponível no site da Semfaz, no item: Institucional, subitem – Carta de Serviços ao Cidadão com informações sobre serviços, postos de atendimento, canais de comunicação, entre outras informações detalhadas. Abaixo, link para acesso à edição:
https://www.semfaz.saoluis.ma.gov.br/cartas_servicos.php?

3.2 Processos Finalísticos

3.2.1 Fiscalização

3.2.1.1 Controle da ação fiscal

A Coordenadoria de Controle da Ação Fiscal – CCAF, unidade de atuação programática subordinada à Superintendência da Área de Fiscalização, tem suas atribuições elencadas no Art. 18 de Decreto nº. 30.146 de 16 de maio de 2007.

Das atividades desenvolvidas pela CCAF em 2023, destacam-se:

- Todo o controle referente ao envio das Notificações/Autos de Infração e as Ações de Fiscalização elaboradas pelos Auditores Fiscais e tem o controle dessa Coordenadoria;
- Instrução dos processos de defesa e encaminhamento para os setores competentes para julgamento;
- Envio das Notificações/Autos de Infração para publicação em edital (Diário Oficial) dos autos de infração gerados automaticamente e dos produzidos por auditores fiscais em fiscalizações.

Ressalta-se que esta Coordenadoria é responsável pela apuração detalhada de todas as Ações Fiscais elaboradas na Área de Fiscalização: Notificação das Notificações Eletrônicas; Auditorias Externas.

3.2.1.2 Planejamento Da Ação Fiscal

A Coordenadoria de Planejamento da Ação Fiscal (CPAF), unidade de atuação programática subordinada a SAF, atua no Planejamento – emitindo as Instruções de Serviços de todas as ações fiscais e outros documentos necessários. No exercício de 2023 foram emitidas e acompanhadas **145 Instruções de Serviços**, sendo 02 Instruções canceladas, além de diligências e outras formas de atuação dos auditores vinculados a SAF. Além disso, foram recebidos **6.925 processos** de Isenção, Baixa de Inscrição, Imunidade, entre outros para emitir parecer. Destes, foram **resolvidos** e encaminhados a Superintendência de Fiscalização **6.164 processos**, ou seja: 89%.

3.2.1.3 Movimento Econômico

A CIME é responsável pelo acompanhamento e orientação quanto à emissão de Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas. Nesse sentido, de forma ininterrupta, a Coordenadoria atuou atendendo contribuintes, presencial ou eletronicamente, respondendo a demandas e servindo como facilitadora entre as tratativas dos contribuintes para com a fiscalização.

Conforme registro no STM, os quantitativos de NFSe, RPS LOTE e NFS-A, que foram emitidos são os seguintes:

- Notas Fiscais de Serviços Eletrônica Avulsa (NFSe-A): 43.411 NF;
- Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NFS-e): 2.309.418 NF;
- Quantitativo de Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NFS-e / RPS LOTE): 7.201.412 NF;
- Quantitativo Geral de Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NFSe-A, NFS-e e NFS-e RPS LOTE): 9.554.241 NF emitidas;

OBS: Os dados acima informados do Módulo da Nota Fiscal Eletrônica (NFSe-A, NFSe e NFS-e RPS LOTE) foram obtidos através de relatórios fornecidos pela Superintendência da Área de Informática – SUAINFO/SEMFAZ, através do Sistema Tributário Municipal - STM.

A seguir apresenta-se o relatório abordando as ações executadas e resultados efetivados relativos ao exercício 2023 pela Superintendência da Área de Fiscalização.

3.2.1.4 Ações Da Fiscalização 2023 Por Auditoria Fiscal Externa

Foram expedidas 145 instruções de serviços para os Auditores Fiscais realizarem fiscalizações em empresas contribuintes do ISSQN das variadas atividades de serviços. Neste tópico, estão elencados os levantamentos efetuados pelos Auditores Fiscais.

LEVANTAMENTO FISCAL AUDITORIA JANEIRO A DEZEMBRO/2023						
MÊS	QTE EMPRESAS	QTE AUTOS	ISS	MULTA	ALVARA	TOTAL
JANEIRO	5	14	82.777,53	21.634,91	0,00	104.412,44
FEVEREIRO	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÇO	27	167	38.611.111,07	4.770.092,24	0,00	43.381.203,31
ABRIL	9	29	517.139,77	416.247,58	0,00	933.387,35
MAIO	12	74	12.236.494,53	124.958,95	0,00	12.361.453,48
JUNHO	26	110	2.734.186,20	2.958.435,92	0,00	5.692.622,12
JULHO	13	82	1.972.291,77	334.670,89	0,00	2.306.962,66
AGOSTO	16	69	1.414.544,51	117.447,53	0,00	1.531.992,04
SETEMBRO	13	41	48.843.581,98	84.573,91	0,00	48.928.155,89
OUTUBRO	20	10	183.921,93	27.730,87	0,00	211.652,80
NOVEMBRO	3	0	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	2	30	1.597.953,25	9.746.935,13	0,00	11.344.888,38
TOTAL	146	626	108.194.002,54	18.602.727,93	0,00	126.796.730,47

Tabela 1 - Detalhamento das Ações de Auditoria Externa - fonte: Documentos recepcionados das Ações dos Auditores Fiscais (Notificações/Autos de Infração).

No exercício de 2023, as principais atividades econômicas fiscalizadas foram: Educação; Saúde; Substituição Tributária, Cartório, Instituição Financeira, Porto, Estacionamento, Simples Nacional, Processos: de Baixa de Inscrição, Isenção de Alvara, Análise de Imunidade, e de outras Isenção etc.

Por Atividade	Qte. Autos	Total ISS	Obrig. Acessórias	Total
Educação	123	37.072.642,52	4.954.594,12	42.027.236,64
Construção Civil	4	0,00	10.099,46	10.099,46
Saúde	253	5.702.766,37	533.214,82	6.235.981,20
Substituto Tributário	17	749.239,39	0,00	749.239,39

Cartório	17	330.081,44	122.357,84	452.439,28
Instituição Financeira	41	3.097.478,72	8.663.745,98	11.761.224,70
Porto	36	55.401.370,89	7.019.849,07	62.421.219,96
Estacionamento	57	2.170.669,93	268.925,75	2.439.595,68
Simplex Nacional	78	552.864,22	146.829,97	699.694,16
TOTAL GERAL	626	105.077.113,48	21.719.617,01	126.796.730,47

Tabela 2: Levantamento dos Autos de Infração gerados por meio de fiscalizações por área em 2023.

Destacam-se, também, as ações realizadas segmentadas por Grupo Técnico (GT) de forma a individualizar a contribuição de cada GT, a evolução dos lançamentos dos créditos tributários correspondentes, bem como ações qualitativas que indiretamente possam afetar na arrecadação do Município. Seguem os dados referentes ao último triênio das auditorias fiscais.

GRUPO EDUCAÇÃO (GTEDUC)

Em 2023, retornou-se às fiscalizações em algumas faculdades para apuração do Imposto Sobre Serviços dos anos de 2019 e 2020. Também foram realizadas fiscalizações em algumas instituições de ensino do ensino básico.

- SEMFAZ reúne com Grupo de Instituições de Ensino

O Grupo Técnico de Instituições de Ensino se reuniu, no dia 15 de junho, com o Secretário Municipal da Fazenda, José Azzolini, e a Secretária Adjunta de Gestão Tributária para apresentar e discutir medidas **adotadas na fiscalização das instituições de ensino** em São Luís.



Durante a reunião, foi abordada a implementação da **Declaração Fiscal para Instituições de Ensino (DFIE)**, que auxiliará a SEMFAZ e permitirá que os contribuintes dos serviços de ensino cumpram suas obrigações tributárias perante o fisco municipal. Os Auditores Fiscais que compõem o grupo também apresentaram o andamento das ações em curso e as planejadas para 2023.

Participaram da reunião o Secretário Municipal da Fazenda, José Azzolini, a

Secretária Adjunta de Gestão Tributária Monique Bragança e os Auditores Fiscais Danielle Brandão, David Setubal, Francisco Oliveira e Tanniely Sousa.

DETALHAMENTO DE AUDITORIAS EXTERNAS REALIZADAS EM 2023

As auditorias externas foram realizadas baseadas no Censo da Educação Básica e Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Em suma, utilizou-se o referido Censo para selecionar as faculdades e escolas instaladas no Município de São Luís com o objetivo de apurar o Imposto Sobre Serviço.

Destaca-se que cada auditoria realizada em um sujeito passivo requer uma análise detalhada de documentos contábeis e fiscais. Ao final, é elaborado um Relatório de Auditoria explicitando toda a análise realizada. A seguir, resume-se os valores apurados com as fiscalizações externas no ano de 2023.

Foram levantados 123 autos de infração, referente às fiscalizações realizadas em instituições de ensino do Município de São Luís;

Dos autos acima mencionados, foi lançado um valor total de R\$ 42.027.236,64 (quarenta e dois milhões, vinte e sete mil, duzentos e trinta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

EDUCAÇÃO: destacam-se dados ref. levantamentos de ISSQN no período de jan a dez de 2021 a 2023			
MÊS	2021	2022	2023
JANEIRO	0,00	1.038.608,97	0,00
FEVEREIRO	0,00	0,00	0,00
MARÇO	0,00	520.184,69	40.935.684,11
ABRIL	0,00	0,00	259.405,37
MAIO	0,00	59.975.814,98	0,00
JUNHO	35.659.814,91	0,00	0,00
JULHO	69.702.748,22	0,00	739.118,23
AGOSTO	5.732.140,26	10.372.117,49	93.028,93
SETEMBRO	0,00	2.225.027,32	0,00
OUTUBRO	499.048,18	4.161.933,81	0,00
NOVEMBRO	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	0,00	0,00	0,00
TOTAL	111.593.751,57	78.293.687,26	42.027.236,64

Tabela 3: Evolução do lançamento anual pelo GTEDUC

- Detalhamento de Outras Atividades Realizadas em 2023

A principal atividade realizada pela equipe da educação é a auditoria externa, anteriormente todas essas auditorias foram detalhadas. Concomitantemente às auditorias externas, também foram realizadas outras atividades como:

- a) Análise de processos de imunidade;
- b) Resposta a processos de impugnação do sujeito passivo referentes às auditorias externas realizadas anteriormente;
- c) Análise de processos de baixa de ISS e outros assuntos;
- d) Reuniões com contribuintes, outros setores e outras autoridades;
- e) Estudos acerca de novas regulamentação de legislações no âmbito da SEMFAZ

- Principais dificuldades encontradas pelo GTEDUC na realização de suas atividades.

Em geral, os problemas encontrados pela equipe estão atrelados à deficiência nos recursos tecnológicos e à falta de expertise em assuntos específicos, como: fiscalização de empresas optantes pelo Simples Nacional e fiscalização de empresas imunes, neste último caso, é necessária uma análise minuciosa das demonstrações contábeis para verificação dos requisitos constantes no Artigo 14 do Código Tributário Nacional.

GRUPO TÉCNICO - SAÚDE (GTSAUDE)

No ano de 2023 foram levantados 253 Autos de Infração, totalizando o montante de lançamento de R\$ 6.235.981,20 (seis milhões duzentos e trinta e cinco mil novecentos e oitenta e um reais e vinte centavos).

SAÚDE: destaca-se dados ref. levantamentos de ISSQN no período de jan a dez de 2021 e 2023			
MÊS	2021	2022	2023
JANEIRO	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	0,00	0,00	0,00
MARÇO	153.452,71	0,00	189.594,86
ABRIL	0,00	1.267.519,74	0,00
MAIO	0,00	0,00	1.332.101,49
JUNHO	0,00	0,00	1.475.551,12
JULHO	0,00	71.892,36	1.476.663,10
AGOSTO	4.489.827,51	58.323,94	1.203.922,87
SETEMBRO	16.950.237,57	0,00	349.120,66
OUTUBRO	6.620.702,80	45.769,01	209.027,10
NOVEMBRO	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	0,00	0,00	0,00

TOTAL	28.214.220,59	1.443.505,05	6.235.981,20
--------------	----------------------	---------------------	---------------------

Tabela 4: Evolução do lançamento anual pelo GTSAUDE

GRUPO TÉCNICO – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - GTST

No exercício de 2023 foram lançados 17 autos de infrações, totalizando R\$749.239.39 (setecentos e quarenta e nove mil, duzentos e trinta e nove reais e trinta e nove centavos). Além dos lançamentos dos autos de infrações, durante as fiscalizações, alguns Tomadores Substitutos efetuaram o pagamento de valores que estavam atrasados.

SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO: destacam-se dados ref. levantamentos de ISSQN no período de jan a dez de 2021 a 2023			
MÊS	2021	2022	2023
JANEIRO	0,00	402.128,65	0,00
FEVEREIRO	0,00	2.755.613,76	0,00
MARÇO	0,00	9.844.967,69	749.239,39
ABRIL	520.315,18	0,00	0,00
MAIO	0,00	731.799,46	0,00
JUNHO	0,00	1.508.993,07	0,00
JULHO	62.978.943,58	389.192,19	0,00
AGOSTO	1.218.952,54	693.158,10	0,00
SETEMBRO	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	0,00	407.246,46	0,00
NOVEMBRO	2.790.326,38	0,00	0,00
DEZEMBRO	0,00	0,00	0,00
TOTAL	67.508.537,68	16.733.099,38	749.239,39

Tabela 5: Evolução do lançamento anual pelo GTST

Ações Realizadas – Resultados Qualitativos

Atualização do Decreto do CNAE

- Novo Decreto Substituição Tributária 59.935 de 15 de dezembro de 2023. Teve como finalidade manter a constante atualização das informações, garantir maior eficiência das atividades do grupo técnico de substituição tributária, constante revisão da lista de nomeação de substitutos tributários, além de pequenos ajustes com o objetivo de trazer mais clareza atualizando o decreto vigente (decreto nº 57.089 de 2021).
- **Atendimento ao Público:** Centenas de atendimentos foram realizados através do e-mail gtst@semfaz.saoluis.ma.gov.br e do WhatsApp (98) 99162-7597, possibilitando mais rapidez na resolução das demandas dos contribuintes e facilitando a comunicação.

- **Processo 1Doc:** Os processos recepcionados pelo grupo de trabalho ao longo de 2023 somam um total de 224 de um total de 236.
- Dos 12 (doze) processos pendentes, 7 (sete) processos são ações fiscais em curso.

Principais Entraves Encontrados (Atualmente já solucionados):

- **Problema de alocação dos pagamentos:** os valores pagos nas guias não eram 100% alocados (Exemplos de chamados já solucionados: 68339; 68513; 68524; 65290)
- **Problema referente ao prazo de vencimento** das competências das rubricas “1260 – ISS Retido Administração Pública” (Exemplo de chamado já solucionado: 65227)
- **Problema com registro das escriturações** das NFSe no STM. (Exemplo de chamado já solucionado: 62855).

GRUPO TÉCNICO – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - DESIF

No exercício de 2023 o grupo DESIF realizou fiscalizações e foram levantados 41 autos de infração, totalizando R\$ 11.761.224,70 (onze milhões setecentos e sessenta e um mil e quatro mil, duzentos e vinte e quatro reais e setenta centavos).

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: destacam-se dados ref. levantamentos de ISSQN no período de jan a dez de 2021 e 2023			
MÊS	2021	2022	2023
JANEIRO	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	0,00	0,00	0,00
MARÇO	153.452,71	0,00	124.030,63
ABRIL	0,00	0,00	322.010,88
MAIO	0,00	0,00	3.116.889,05
JUNHO	0,00	0,00	3.873.254,83
JULHO	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	4.489.827,51	427.595,39	0,00
SETEMBRO	16.950.237,57	0,00	0,00
OUTUBRO	6.620.702,80	6.271.391,06	0,00
NOVEMBRO	0,00	91.085,83	0,00
DEZEMBRO	0,00	690.104,88	4.325.039,31
TOTAL	28.214.220,59	7.480.177,16	11.761.224,70

Tabela 6: Evolução do lançamento anual pelo DESIF.

GRUPO TÉCNICO - GRUPO PORTO – GTPORTO

Durante o ano de 2023, o grupo teve como objetivo dar seguimento às principais ações realizadas em 2022 foram realizadas visitas técnicas e simpósios e participaram de curso específico da área de Porto.

Quanto a fiscalização ostensiva, foram lançados **27** autos de infrações, totalizando **R\$ 14.581.824,11** (quatorze milhões, quinhentos e oitenta mil, oitocentos e vinte e quatro reais e onze centavos), já consolidados. Registre-se que constam 9 (nove) Autos da Empresa FTL FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A dependendo da manifestação da PGM vez que existe processo judicial com depósitos de ISSQN.

PORTO: Destaca-se Levantamentos através de Auditorias e Notificações Eletrônicas		
	2022	2023
Principal	0,00	55.401.370,89
Multas	6.448.012,72	7.019.849,07
TOTAL	6.448.012,72	62.421.219,96

Tabela 7: Evolução do lançamento anual pelo GTPORTO

- Visita Técnica aos Portos do Itaqui, Vale e Alumar

A Secretaria Municipal da Fazenda (SEMFAZ), em parceria com a Receita Federal, promoveu ao longo segunda semana de março uma visita técnica aos portos do Itaqui, Vale e Alumar. A iniciativa foi conduzida pelo Grupo Técnico de Portos (GT-Porto), responsável pela fiscalização na área.

No dia 13 de março, o grupo visitou o **Porto do Itaqui**, sendo recebido pela EMAP, que gerencia toda a área. Durante a visita, os auditores fiscais do grupo e representantes da Receita Federal **conheceram o centro de controle de operações e os berços de atracação.**

No dia 14 de março, a **visita à Vale** incluiu o **Centro de Operações Ferroviárias e Portuárias, os pátios de estocagem e o porto.**



Já no dia 16 de março, a equipe esteve na **Alumar**, onde conheceu o porto e o centro de operações.

Participaram das atividades, representando a SEMFAZ, os Auditores Fiscais do GT-Porto: Victor Goulart, Luciano Braga, Renan Guedes e Karolina Guillén. Pela Receita Federal, estavam presentes Reinaldo Brito, Eliazar Carvalho, Fabio Rodrigues, Clodonilson Oliveira, Alexandre Souza e Benavenuto Barros. A Vale foi representada por Ernildo Santos, Thiago Pessoa, Carlos Reis, Rafael Oliveira e Sidnei Oliveira, enquanto as atividades portuárias na Alumar foram apresentadas por Flanklin Costa e Domingos Reis.

- Visita à EMAP



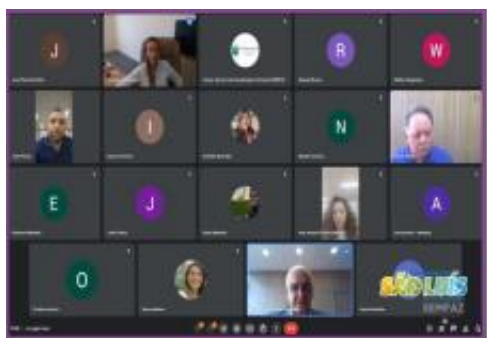
No dia 3 de julho, o Secretário Municipal da Fazenda, José Azzolini, reuniu-se com o presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), Gilberto Lins, para iniciar as negociações visando à instalação de uma unidade de fiscalização da SEMFAZ no Porto do Itaqui.

Durante o encontro, a SEMFAZ e a nova gestão da EMAP deram continuidade às ações e acordos, visando atender melhor aos interesses do município de São Luís.

Além disso, participaram da reunião a Superintendente de Fiscalização da SEMFAZ, Nayde Carvalho, e os Auditores Fiscais Victor Goulart e Luciano Carvalho, integrantes do Grupo Técnico de Portos (GTPorto).

- GT Porto apresenta Ações de Atividades realizadas

Em 7 de junho, o Secretário Municipal da Fazenda, José Azzolini, e a Secretária Adjunta de Gestão Tributária, Monique Bragança, reuniram-se com o Grupo de Trabalho na área de Portos. O encontro teve como objetivo apresentar e alinhar as ações já realizadas no primeiro semestre e as previstas para o segundo semestre de 2023.



Na ocasião, os Auditores Fiscais Renan Guedes e Karolina Guillén, integrantes do GT Porto, forneceram informações sobre o progresso das atividades executadas pelo grupo.

- SEMFAZ participa de Simpósio de Gestão Portuária



A Secretaria Municipal da Fazenda (SEMFAZ) esteve presente no VI Simpósio de Gestão Portuária, realizado em São Luís, através dos Auditores Fiscais que compõem o Grupo Técnico de Portos. No evento, ocorrido no dia 27 de junho, o grupo participou ativamente dos painéis e palestras, onde puderam conhecer e compartilhar experiências e resultados relevantes do setor portuário.

Os representantes da SEMFAZ no evento foram os Auditores Fiscais Luciano Carvalho, Karolina Guillén, Renan Guedes e Victor Goulart, membros do GTPorto.

- Encontro com a VALE - CFEM

No dia 1º de junho, a Assessoria de Receitas Transferidas recebeu uma equipe da Vale para discutir detalhes relacionados à **Compensação Financeira sobre Exploração Mineral (CFEM)**.

Participaram da reunião, representando a SEMFAZ, os Auditores Fiscais Paulo Macedo e Karoline Guillén, juntamente com a técnica Weyllana Melo. A equipe da Vale estava representada por Gisele Pinto, Sérgio Pacheco e Sara Carvalho.



GRUPO TÉCNICO -- ESTACIONAMENTOS (GTFE)

O GTFE foi criado em agosto de 2022 e ganhou força em 2023 recebendo dois novos auditores e passou a ser composto por três membros.

Durante o ano de 2023, o GTFEL concluiu a auditoria de dez empresas prestadoras de serviços de estacionamento após analisar os livros contábeis e fiscais, além de cruzar com os dados do STM e do cartão de crédito de algumas empresas.

Segue abaixo o detalhamento dos lançamentos feitos durante as fiscalizações, separado por empresa:

ESTACIONAMENTO: destacam-se dados ref. levantamentos de ISSQN no período de jan a dez de 2021 e 2023			
MÊS	2021	2022	2023
JANEIRO	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	0,00	0,00	0,00
MARÇO	0,00	0,00	1.351.316,39
ABRIL	0,00	0,00	58.378,46
MAIO	0,00	0,00	0,00
JUNHO	0,00	0,00	0,00
JULHO	0,00	0,00	91.181,33
AGOSTO	0,00	0,00	0,00
SETEMBRO	0,00	0,00	938.719,50
OUTUBRO	0,00	369.135,67	0,00
NOVEMBRO	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	369.135,67	2.439.595,68

Tabela 8: Evolução do lançamento anual pelo (GTFE)

GRUPO TÉCNICO - FISCALIZAÇÃO DE EVENTOS - GTEVENTO

O GTFE começou a fiscalizar este segmento após expandir as áreas de fiscalização do grupo e se tornar GTFEL, no final de agosto de 2023.

Durante o mês de setembro de 2023 o GTFEL fez estudos sobre a legislação local e a de outros municípios, além de realizar reuniões internas e também com a Blitz Urbana de São Luís, a fim de obter troca de informações com este órgão, de modo a embasar as autorizações de realização de eventos. Após estas reuniões, os eventos realizados em locais atípicos (ou seja, em ambientes que não são casa de shows - ex. eventos em estacionamentos de shopping centers) passaram a ter a sua autorização de realização condicionada à antecipação do pagamento do ISS, conforme determina os artigos 428 e 429 do Código Tributário do Município de São Luís/MA (CTM/SLZ). Foi elaborada uma minuta de Decreto que regulamenta os procedimentos do Evento no município de São Luís.

O valor total lançado e arrecadado em 2023 pelo GTFEL com as autorizações de eventos, para as quais foi recolhido antecipadamente o ISS correspondente à prestação destes serviços, foi de **R\$ 170.157,22**.

GRUPO TÉCNICO - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOTÉIS

No que diz respeito aos serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres, o GTFE começou a estudar esse segmento, solicitando dados do setor hoteleiro de São Luís à Secretaria de Turismo por meio do Memorando 80.789/2023.

No final do mês de dezembro também foi realizada uma reunião com a Secretaria de Turismo - SETUR, representada pela Sra. Brenda Leite, em busca de informações para cruzamento de dados e embasamento das auditorias deste setor.

Além dos problemas supracitados, durante as duas auditorias realizadas em 2023 tivemos dificuldade para receber as documentações solicitadas às empresas via Termo de Início de Fiscalização, pois elas apresentaram resistência para enviar tais documentos. Diante disto, foi necessário lavrar alguns Autos de Infração pela não entrega de documentação, realizar o arbitramento de alguns dos valores lançados via Notificação/Auto de Infração, além de ter sido necessário o uso de Edital como forma de entrega de Termo de Intimação, diante da resistência do contribuinte para receber este documento.

FISCALIZAÇÃO DE CARTÓRIOS (GTCARTORIOS)

O presente GT foi criado no exercício de 2021, realizou auditorias nos exercícios de 2021 e 2022 e 2023 consignando os seguintes lançamentos:

CARTORIO: destacam-se dados ref. levantamentos de ISSQN no período de jan a dez 2021 a 2023			
MÊS	2021	2022	2023
JANEIRO	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	0,00	1.195.566,61	0,00
MARÇO	0,00	131.040,18	0,00
ABRIL	0,00	0,00	293.592,64
MAIO	0,00	0,00	62.962,20
JUNHO	0,00	2.465,68	0,00
JULHO	0,00	81.565,50	0,00
AGOSTO	0,00	2.496,69	95.884,44
SETEMBRO	918.610,53	33.205,54	0,00
OUTUBRO	36.808,36	0,00	0,00
NOVEMBRO	186.371,72	0,00	0,00
DESEMBRO	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.141.790,61	1.446.340,20	452.439,28

Tabela 9: Evolução do lançamento anual pelo (GTCARTORIOS)

AÇÕES DO SIMPLES NACIONAL

Durante o ano de 2023 tramitaram 1.268 processos pelo setor e destes, foram resolvidos 1.220. Registre-se, também, atendimento pelo WhatsApp (corporativo) referente ao Simples Nacional e atendimentos de presenciais no plantão fiscal.

A Tabela abaixo mostra os valores consolidados em parcelamento do ISSQN Simples Nacional realizados na Semfaz em 2023.

A seguir apresenta-se comparativo de parcelamentos dos últimos exercícios 2021 e 2022 e 2023.

PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL REALIZADO NA SEMFAZ			
EXERCÍCIO	QTDE CONTRATOS	VLRS. NEGOCIADOS	VLRS. RECEBIDOS
2021	79	1.617.671,19	1.080.544,40
2022	109	2.552.962,74	1.354.885,13
2023	96	1.666.798,90	559.342,83
TOTAL	378	6.545.275,41	2.994.772,36

Tabela 10: Evolução do lançamento anual de parcelamento pelo Simples Nacional.

Destaca-se, ainda, a evolução da arrecadação do ISSQN Simples Nacional dos exercícios 2021, 2022 e 2023.

ARRECAÇÃO DO ISSQN SIMPLES NACIONAL			
	2021	2022	2023
principal	64.835.302,70	74.209.449,32	80.744.205,00
juros	1.442.432,39	1.871.668,24	1.983.882,38
multas	488.146,64	765.669,64	1.123.595,58
TOTAL	66.765.881,73	76.846.787,20	83.851.682,96

Tabela 11: Evolução da Arrecadação pelo Simples Nacional.

Apresenta-se a seguir a situação dos Créditos Tributários levantados por meio de auto de infração em 2023.

SITUAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS LEVANTADOS POR MEIO DE AUTOS DE INFRAÇÃO EXERCÍCIO 2023				
PAGO	PARCELADO	DEFESA	COBRANÇA	TOTAL
109.406,91	212.092,00	54.335.673,20	2.326.804,84	56.983.976,95

Tabela 12: Situação dos Créditos Tributários até a presente data.

GRUPO TECNICO – GT ITBI

Durante o ano de 2023 foi realizada análise e parecer específico e fundamentado de 223 processos que envolviam dentre pedidos de imunidades, isenções de ITBI, IPTU e outros assuntos.

Esclarece que embora não haja levantamentos pelo Grupo as análises e pareceres respaldam as cobranças de ITBI, IPTU das empresas que solicitam reconhecimento de Imunidade e Isenção, porém não preenchem os requisitos legais.

NOTIFICAÇÕES ELETRÔNICAS

As autuações elencadas na Tabela abaixo, foram realizadas por meio eletrônico através de análise dos dados e de cruzamento de informações. A descrição de cada uma e a situação dos créditos tributários estão apresentadas na referida tabela.

QTE.	NOTIFICAÇÕES ELETRONICAS/ 2023	VALORES (RS)
1005	Cartão Crédito Empresas Optantes do Simples Nacional	R\$ 12.855.559,67
363	Cartão Crédito Empresas Normal	R\$ 8.327.826,00
1005	TOTAL GERAL	R\$ 21.183.385,67

Tabela 13: Levantamentos por Notificações Eletrônicas

3.2.2 Desempenho das receitas

A arrecadação municipal concentra-se em duas grandes origens de recursos, os recursos próprios e os recursos transferidos.

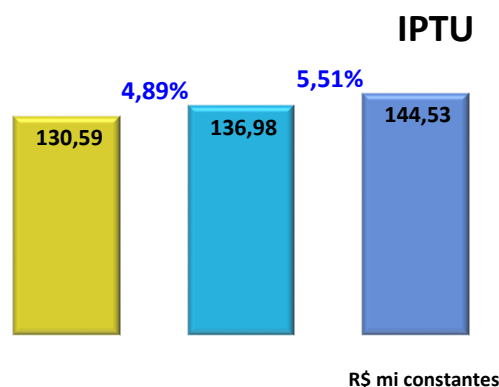
Nos itens abaixo está apresentado o desempenho das receitas arrecadas, considerando as seguintes peculiaridades:

- estão agrupadas por **recursos próprios e recursos transferidos**;
- referem-se ao período **de janeiro a dezembro do exercício de 2023**, comparativamente aos dois exercícios que o antecederam;
- as receitas relativas a **2021 e 2022** foram **atualizadas monetariamente, mês a mês pelo IPCA de dez/2023 (valores constantes)**; propiciando assim uma única base de referência, visando garantir uma efetiva comparação do desempenho no último triênio;
- as receitas arrecadadas em **2023** foram **mantidas em valores correntes**, de modo a possibilitar suas compatibilidades com os dados do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO);

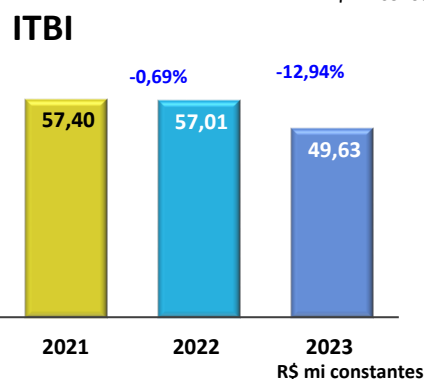
- as receitas com incidência de **dedução para o FUNDEB** já se encontram neste relatório em seus totais líquidos;
- a receita do **SUS** com incidência de **dedução** já se se encontram neste relatório em seus **totais líquidos**; e
- **não estão computadas** neste estudo as **receitas extraorçamentárias**, por não se constituírem em efetiva arrecadação, assim instituídas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) apenas para efeito contábil de não duplicidade.

3.2.2.1 Receitas Próprias

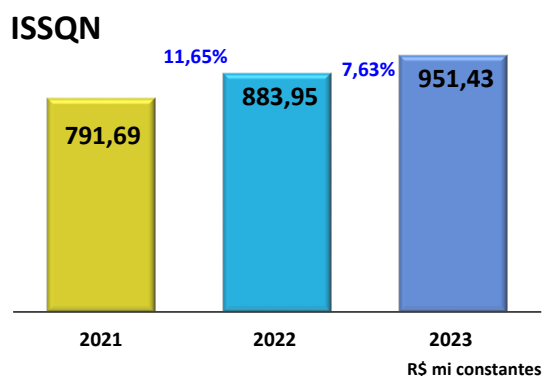
A arrecadação do **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana** fechou o ano de 2023 com uma arrecadação de R\$144,53,37mi, correspondendo a um crescimento de 5,51% em referência ao desempenho de 2022.



O **Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e Direitos Reais** sobre Imóveis apresentou uma arrecadação de R\$ 49,63 milhões em 2023, revelando uma queda de 12,94% frente ao exercício de 2022.

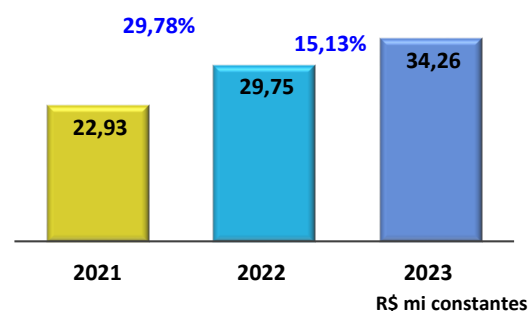


O **Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza** apresentou crescimento de 7,63% em sua arrecadação de 2023, uma vez que esta correspondeu da R\$ 951,43 milhões e a de 2022 ficou em R\$ 883,95 milhões.



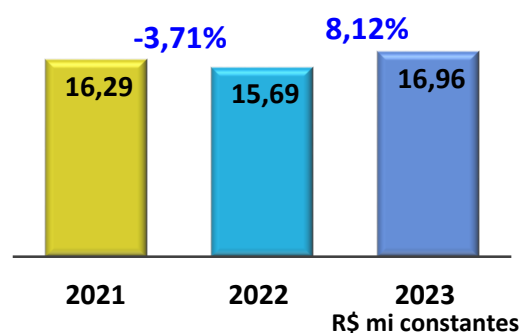
A arrecadação de **taxas** no município correspondeu a R\$ 34,26 milhões, frente aos R\$ 29,75 milhões do exercício anterior, correspondendo a um acréscimo de 15,13%.

Taxas



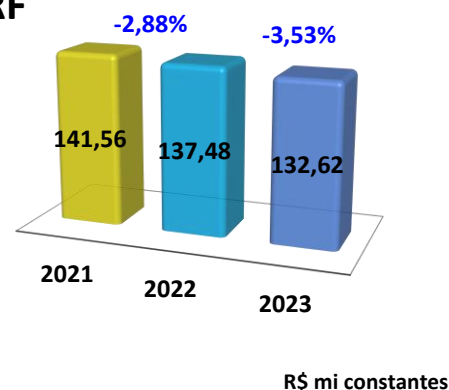
A receita que detém maior participação no grupo das taxas é a cobrada na concessão/renovação de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestação de Serviços (Alvará), a qual obteve, em 2023, a arrecadação de R\$16,96 milhões, correspondentes a 60% do total das Taxas. Seu desempenho comparado com o realizado em 2022 foi de um acréscimo de 8,12%.

Lic. Func. (Alvará)



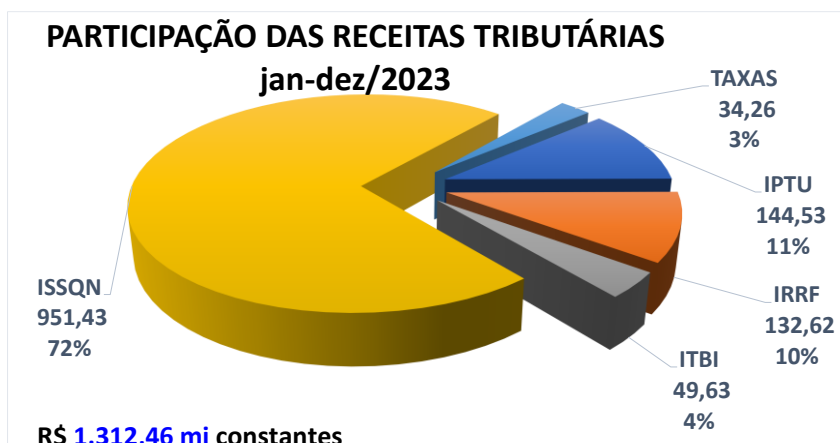
A arrecadação do **Imposto de Renda Retido na Fonte em 2023** foi de 132,62 milhões de reais, tendo sido revelada queda de 3,5% com relação ao exercício anterior.

IRRF



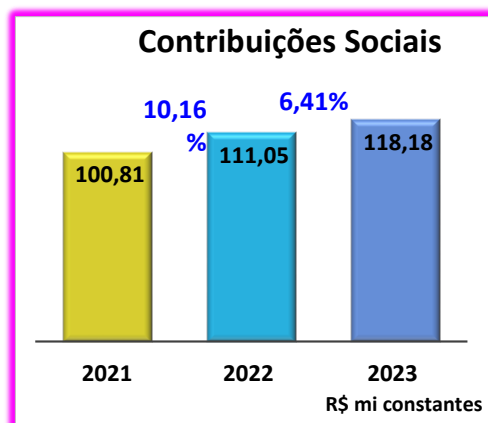
Receitas Tributárias

Das receitas classificadas como **tributárias**, o ISSQN apresenta maior participação (72%), seguido do IPTU (11%), do IRRF (10%), do ITBI (4%) e as Taxas (3%).



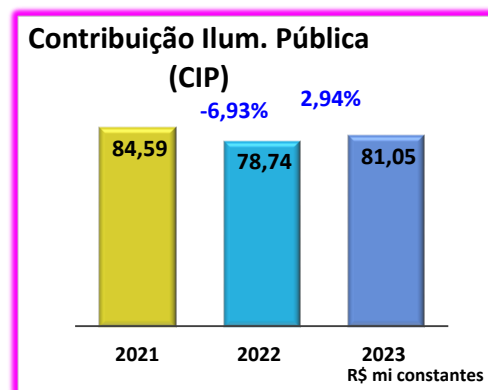
Contribuições

As **Contribuições Sociais** (CIP) totalizaram 118,18 milhões de reais de arrecadação em 2023. Relativamente a 2022, houve acréscimo de 6,41% no resultado desta receita.



Das receitas desta classe, a **CIP** apresentou desempenho negativo por dois exercícios seguidos 2021-2022. Porém sua arrecadação de R\$ 81,05 milhões em 2023 evidencia recuperação de 2,94% com relação ao exercício anterior.

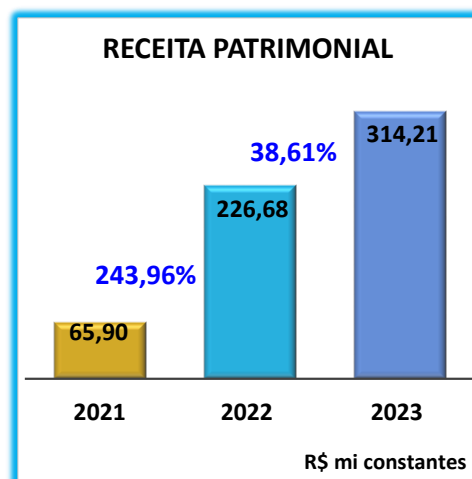
Na composição da classe das contribuições, as Contribuições Sociais respondem por 60% do total e a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP) por 40%.



Receitas Patrimoniais

Integram a classe das receitas patrimoniais, as receitas imobiliárias (no município, as decorrentes de foros e laudêmios), as mobiliárias (remuneração sobre depósitos bancários) e outras receitas. Em termos de desempenho, o ano de 2023 apresentou um crescimento de 38,61% com relação à arrecadação de 2022, uma vez que 2023 obteve 314,21 milhões de reais contra os R\$ 226,68 milhões de 2022.

Ressalta-se que os rendimentos de depósito bancários, evidenciados em 31.12.2023, respondem por 99% das receitas da classe.



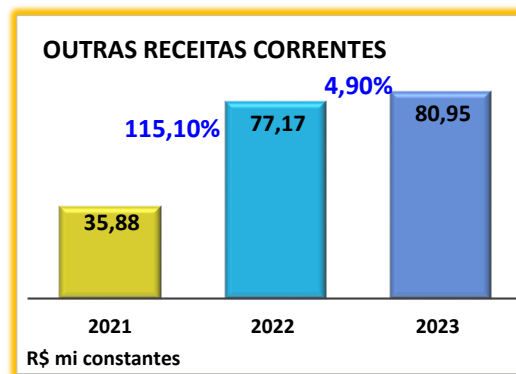
Receitas de Serviços

As receitas de Serviços, sem arrecadação em 2020 e 2021, voltaram, em 2022, a ter registro de entrada de arrecadação de R\$ 1,6 milhões de reais, oriundos de receitas apuradas em concursos e seletivos municipais. Em 2023, a arrecadação referiu-se a concursos e processos seletivos, correspondendo a R\$ 49.500,00.

Outras Receitas Correntes

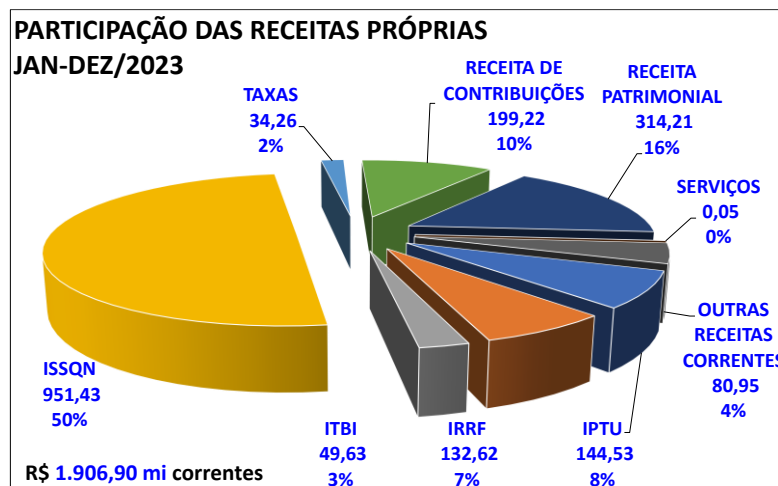
Em 2023, o total das receitas da classe Outras Receitas Correntes foi de R\$ 80,95 milhões de reais, apresentando um crescimento de 4,9% com relação à arrecadação do exercício anterior.

São representações expressivas as receitas oriundas de multas administrativas, contratuais ou judiciais e as de compensação entre regimes da previdência social. Juntos, estes dois grupos totalizam 47,61% de todas as receitas da classe.



Participação das Receitas Próprias

Assim, a participação das receitas próprias do município encontra-se representada no gráfico abaixo, no qual destacam-se as receitas oriundas do ISSQN (R\$ 951,43), com 50% do total de R\$ 1.906,90 mi.

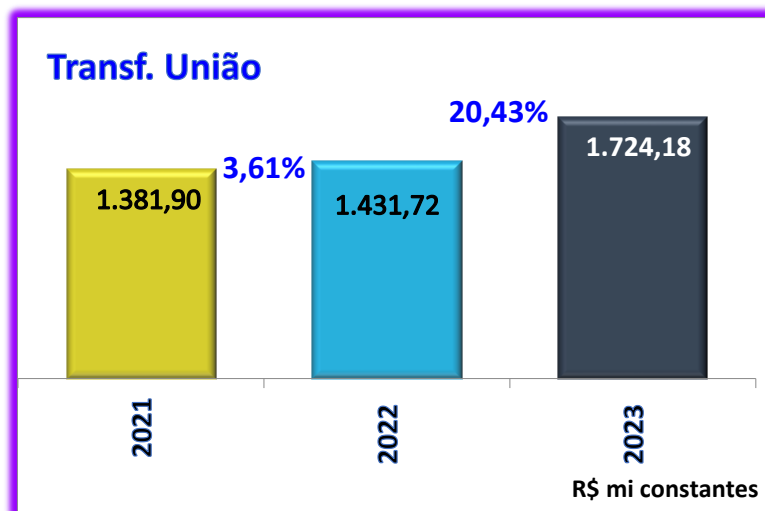


3.2.3.2 Receitas Transferidas

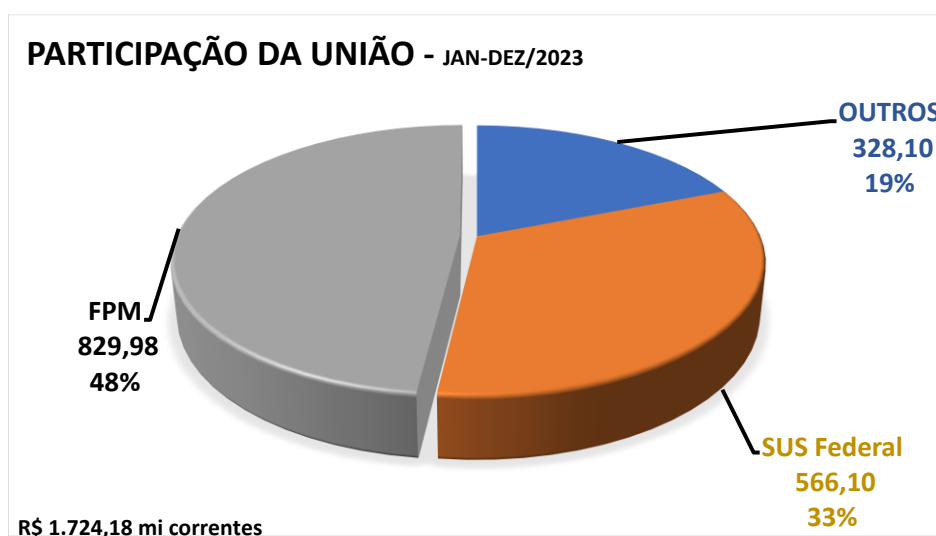
As Transferências Correntes encontram-se subdivididas de acordo com a origem dos entes federados, quais sejam: União, Estado, Multigovernamentais, Instituições Privadas e Convênios.

3.2.2.3 Receitas da União

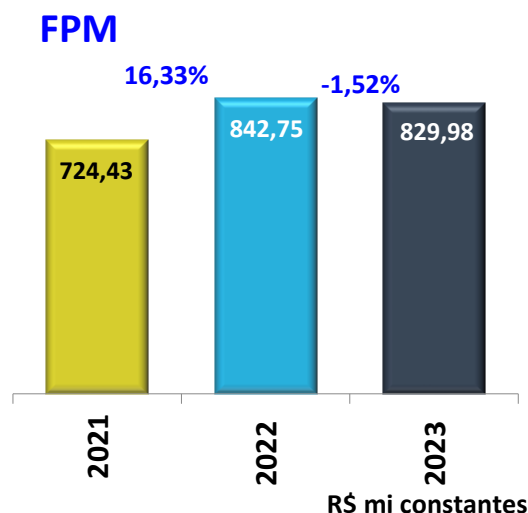
A arrecadação das transferências da União totalizou R\$ 1.724,18 milhões de reais em 2023. Relativamente ao exercício anterior, apresentou crescimento de 20,43%, frente aos R\$ 1.431,72 milhões de 2022.



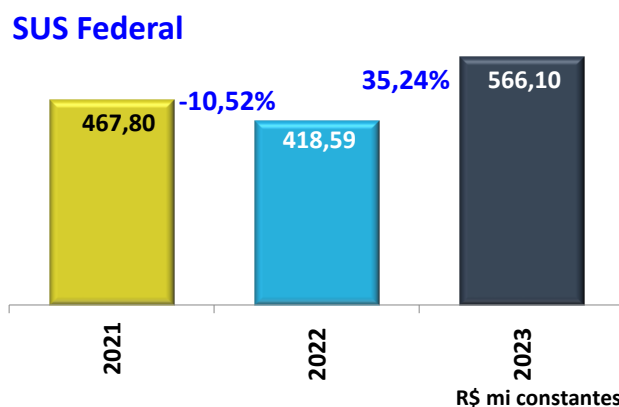
As transferências da União mais expressivas são o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). O gráfico abaixo evidencia a que o FPM correspondeu a 48% do total das transferências da União e o SUS responde por 33%; restando 19% para as demais receitas da categoria.



O **FPM** (aí incluídos o principal e as parcelas extraordinárias de julho, setembro e dezembro) alcançou a receita de R\$ 829,98 milhões de reais, revelando queda de 1,52% em relação ao mesmo período de 2022, a qual totalizou R\$ 842,75.

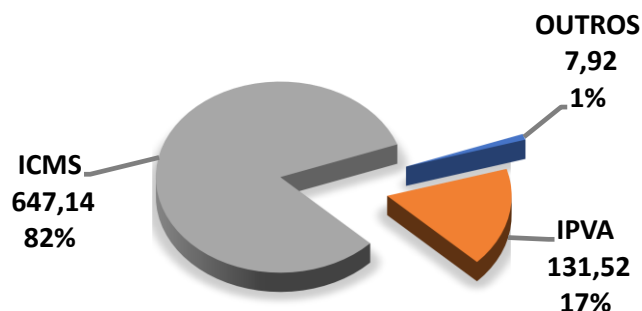


As transferências para o **SUS** totalizaram R\$ 566,10 mi em 2023, o que revela um crescimento de 35,24% sobre a arrecadação de 2022, a qual correspondeu a R\$ 418,59 mi.



3.2.2.4 Receitas do Estado

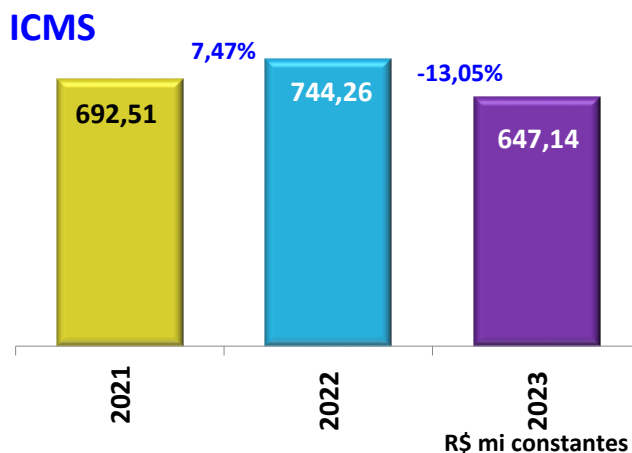
ESTADO - Participação jan-dez/2023



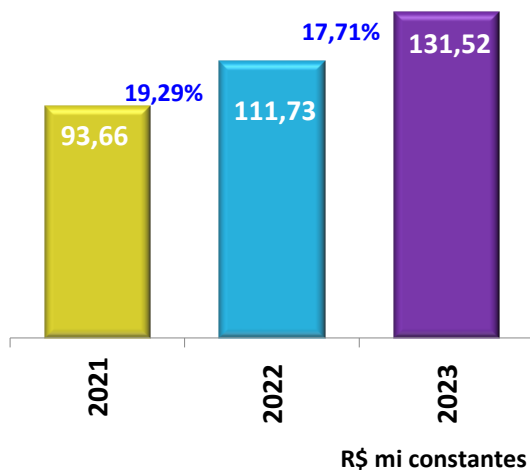
R\$ 786,59 mi correntes

Do total das receitas transferidas pelo Estado (R\$ 513,75 mi), de janeiro a dezembro de 2023, o Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) participou com 82% e o Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA) com 17%, restando 1% para as demais receitas, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

A arrecadação do **ICMS** de 2023 foi de R\$ 647,14 mi, evidenciando queda de 13,05% para com a arrecadação do exercício anterior.



IPVA

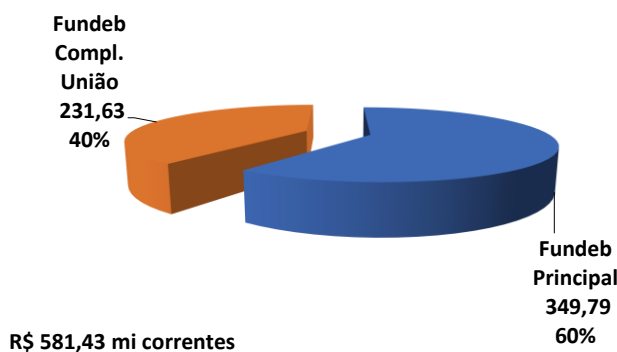


O IPVA acumulado de janeiro a dezembro de 2023 correspondeu a R\$ 131,52 mi, representando um acréscimo de arrecadação na ordem de 17,7% com relação a 2022, quando registrou R\$ 111,73 mi.

3.2.2.5 FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (**FUNDEB**), no período de janeiro a dezembro de 2023, registrou a receita de R\$ 581,43, o que corresponde à média de queda de 8,33% com relação a 2022. Nesta categoria de receitas consideramos o principal do Fundeb como participação da União (visa manter compatibilidade com a classificação dos exercícios anteriores) e a Complementação da União para o Fundo.

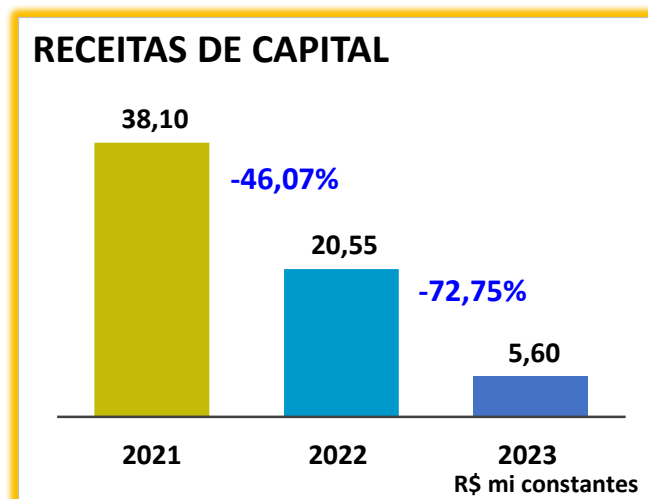
FUNDEB - Participação jan-dez/2023



Neste cenário, o principal do Fundeb contribuiu com 60% e a sua Complementação com 40%.

3.2.2.6 Receitas de Capital

Em 2023 o recebimento de receitas de capital apresentou queda significativa com relação aos dois exercícios anteriores. O gráfico abaixo evidencia a arrecadação. Isto porque referem-se a saldos de financiamentos sendo finalizados.

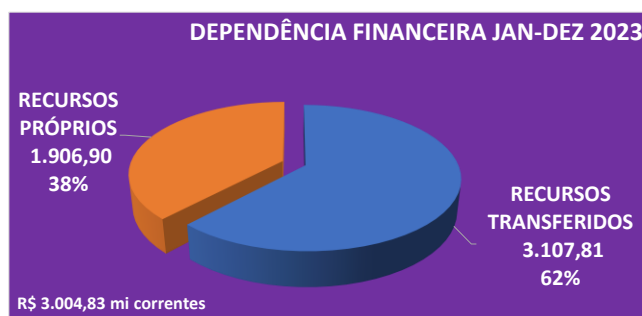
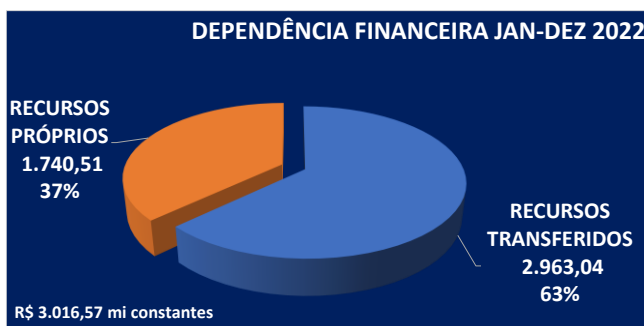
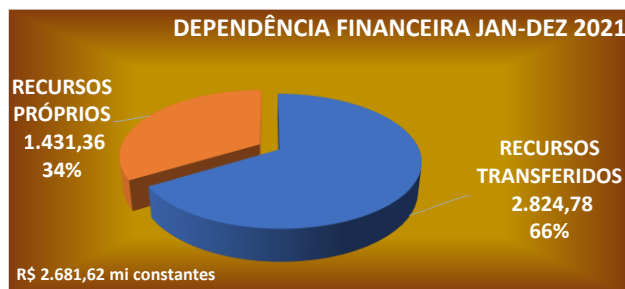


3.2.2.7 Dependência Financeira

Considerando o consolidado das receitas, faz-se mister a exposição comparativa dos recursos das transferências sob a administração da SEMFAZ, com os quais se pode observar a relevância das transferências correntes na execução orçamentária.

Ainda assim, os esforços da SEMFAZ têm contribuído para a redução da dependência financeira do Município, com o que pode ser observado nos gráficos ao lado, evidenciando que a participação das receitas próprias cresceu 4 pontos percentuais de 2021 a 2023.

No acumulado de 2023, as transferências correntes alcançaram o percentual de 62% do total da arrecadação do Município, menor que o ano anterior, com o FPM maior que o ICMS, conforme gráficos abaixo:



3.2.2.8 Análise das receitas transferidas

A Assessoria de Receitas Transferidas (ART), integrada por auditores fiscais, realiza o acompanhamento dos repasses constitucionais e legais de receitas da União e do Estado do Maranhão, sendo: FPM, AFM, ITR, CFEM, FEP, CIDE, SPU, ICMS, IPI-Exportação, IPVA.

Durante os trabalhos realizados em 2023, foram identificadas situações em que o Município de São Luís deveria agir para garantir o recebimento correto dessas receitas. Para tanto, algumas ações foram desenvolvidas conforme abaixo exposto de forma resumida.

Os valores anuais dos exercícios encontram-se **em valores correntes** e em sua **forma bruta**, ou seja: não estão líquidas de suas deduções regulamentares.

Exclusão de combustíveis importados destinados a outros estados da base de cálculo do Valor Adicionado de São Luís.

O Estado do Maranhão, por meio de portaria conjunta da SEFAZ e do TCE, excluiu da base de cálculo do valor adicionado de São Luís, combustíveis importados pelo porto de São Luís que eram destinados a outros estados. Essa exclusão é contrária à LC 63/1990.

A PGM, com auxílio da ART, protocolou o Mandado de Segurança Cível 0813563-72.2023.8.10.0000, questionando a portaria SEFAZ/TCE, no qual se obteve liminar favorável ao município. Na divulgação do índice definitivo de participação dos municípios, o Estado cumpriu a liminar, fato que resultou em aumento de 0,22% o IPM definitivo em relação ao provisório, o que garante em 2024 aproximadamente R\$ 7 milhões a mais de cota parte ICMS.

Não recebimento da cota parte da compensação da Lei Complementar 2021/2023.

O Estado do Maranhão obteve um benefício com a União de R\$ 535,80 milhões, de acordo com a LC 201, para compensar a redução da alíquota do ICMS combustíveis. Contudo, 25% desse valor deveria ser repassado, em 30 dias, aos municípios do Estado, o que não ocorreu. A assessoria alertou a Administração para que fosse realizada a cobrança judicial. O montante líquido de ICMS devido a São Luís é aproximadamente R\$ 33 milhões.

Repassa a menor de IPI-Exportação

O IPI-Exportação é recebido pelo Estado em razão da desoneração da exportação do ICMS. Desse valor recebido, 25% cabe aos municípios na mesma proporção da cota parte do ICMS.

No entanto, verificou-se a ausência de alguns repasses durante os últimos 5 anos (2019-2023) por parte do Estado do Maranhão, mesmo que tais valores já tenham sido repassados pela União. Dessa análise, identificou-se um total faltante de R\$ R\$ 1.831.529,82, sem reajuste. Dessa forma, já foi proposta ação judicial contra o Estado do Maranhão visando ao recebimento desses valores.

Mudança de Decreto e repasse a menor da CFEM

O Decreto nº 11.659/2023 reduziu o percentual de CFEM afetados para Portos de 15% para 7%, em 23/08/2023, prejudicando São Luís. Nesse período, o Governo Federal atrasou o pagamento da CFEM das competências de maio a dezembro de 2023. No fim de dezembro, realizou pagamento das competências de maio a novembro. Contudo, desde maio já considerando o decreto editado no fim de agosto, o que reduziu por mais da metade o valor de CFEM de São Luís. Por isso, pleitearemos receber via judicial que os pagamentos de maio a agosto sejam feitos sob a vigência do decreto anterior. A diferença é em torno de R\$ 12 milhões.

Abaixo, segue o resumo das receitas recebidas em transferência em 2023, bem como comparação com os 3 últimos exercícios e comentários pertinentes a cada uma delas.

TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
FPM – FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
AFM – AUXÍLIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS

FPM	2023	2022	2021	2020
Realizado	1.014.259.333,51	966.347.520,24	760.012.016,99	570.569.899,23
Orçado	1.010.497.298,00	712.703.899,00	548.515.073,00	563.107.522,00
% Executado	100,37%	135,59%	138,56%	101,33%
% Incremento Realizado Ano Anterior	4,96%	27,15%	33,20%	

O valor acumulado realizado de FPM em 2023, somando a cota mensal ordinária e as 3 cotas extraordinárias de julho, setembro e dezembro foi de R\$ 1.014.259.333,51, sendo 4,96% maior que o valor realizado em 2022. O IPCA do período foi 4,62%. Portanto, o crescimento real da receita de FPM foi praticamente nulo.

O coeficiente do FPM São Luís em 2023 foi de 5,59%, superior ao 5,39% de 2022. Por esse motivo, o valor do FPM de 2023 superou, em 0,34% o IPCA 2023. Portanto, nos municípios em que o coeficiente do IPM ficou estagnado ou ficou abaixo do ano anterior, houve perda de FPM em relação a 2022.

Devido à queda, o governo federal realizou pagamento de **Apoio Financeiro aos Municípios (AFM) em novembro de 2023, cabendo à São Luís R\$ 22.888.337,40**, com finalidade de compensar perdas do FPM em 2023.

ITR – IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE RURAL

ITR	2023	2022	2021	2020
Realizado (i)	148.533,20	33.740,96	30.057,58	12.036,35
Orçado (ii)	67.118,00	15.388,00	2.240,00	4.179,00
% Executado (i)/(ii)	221,30%	219,27%	1341,86%	288,02%
% Incremento Realizado Ano Anterior	340,22%	12,25%	149,72%	

O ITR em 2023 teve uma receita 220% maior que a prevista, e 340% maior que a realizada em 2022, sendo a receita que mais cresceu percentualmente em 2023. Contudo, o impacto no orçamento do município é pequeno, pois é a receita constitucional de menor valor total recebida em transferência.

CFEM – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA SOBRE A EXPLORAÇÃO MINERAL

CFEM	2023	2022	2021	2020
Realizado (i)	42.948.084,90	79.122.734,48	115.084.740,11	65.418.812,66
Orçado (ii)	98.018.320,76	96.680.709,00	53.354.702,00	41.676.667,00
% Executado (i)/(ii)	43,82%	81,84%	215,70%	156,97%

% Incremento Realizado Ano Anterior	-45,72%	-31,25%	75,92%	
-------------------------------------	----------------	---------	--------	--

A CFEM teve queda acentuada de receita em relação aos anos anteriores. O Decreto Federal Nº 11.659/2023 definiu o ciclo anual da CFEM como sendo de maio a abril. Para o ciclo que se iniciou em maio de 2023, o percentual de afetação de portos caiu de 15% para 7%, impactando diretamente o valor recebido por São Luís.

Além da redução do percentual prejudicial ao município de São Luís, o governo Federal ficou em atraso com a CFEM durante meses, tendo realizado o pagamento de parte do atrasado em dezembro de 2023. O valor do mês de dezembro (competência de novembro, caixa dezembro), contudo, não foi pago.

FEP – FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO

FEP	2023	2022	2021	2020
Realizado (i)	20.250.826,51	21.789.507,28	13.807.263,23	8.568.543,73
Orçado (ii)	15.324.699,65	5.571.517,00	8.528.919,00	10.150.247,00
% Executado (i)/(ii)	132,15%	391,09%	161,89%	84,42%
% Incremento Realizado Ano Anterior	-7,06%	57,81%	61,14%	

O Fundo Especial do Petróleo é uma distribuição dos royalties de petróleo para municípios não afetados. Em 2023, houve uma queda de 7,06% em relação a 2022, contudo, foi recebido mais que o valor orçado para o exercício.

ICMS – IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – LEI COMPLEMENTAR 176/2020

ICMS LC 176	2023	2022	2021	2020
Realizado (i)	6.567.382,92	6.118.937,88	6.087.957,00	6.420.822,47
Orçado (ii)	6.720.413,54	0,00	0,00	0,00
% Executado (i)/(ii)	97,72%	-	-	-
% Incremento Realizado Ano Anterior	7,33%	0,51%	-5,18%	

A Lei Complementar 176 prevê um repasse mensal fixo de ICMS aos estados e aos municípios para compensar a perda de ICMS devida à desoneração das exportações. A parte que cabe aos municípios é transferida diretamente da União aos municípios, por força do § 1º do art. 1º da LC 176.

CIDE – CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO

CIDE	2023	2022	2021	2020
Realizado (i)	147.269,82	733.558,93	470.966,01	702.615,75
Orçado (ii)	602.468,00	641.489,00	735.356,00	1.352.108,00
% Executado (i)/(ii)	24,44%	114,35%	64,05%	51,96%
% Incremento Realizado Ano Anterior	-79,92%	55,76%	-32,97%	

A CIDE combustível teve forte queda em 2023, devido à desoneração dos combustíveis aplicadas pelo governo Federal, na mesma linha de política adotada com a finalidade de baixar o preço dos combustíveis que foi aplicada no ICMS.

PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SPU	2023	2022	2021	2020
Realizado (i)	2.079.590,00	0,00	0,00	696.622,60
Orçado (ii)	744.834,58	718.259,00	0,00	718.079,00

Receita relativa a 20% da arrecadação do Foro, Laudêmio e Taxas de Ocupação sobre imóveis localizados em sua jurisdição. Nos dois exercícios anteriores, não foi recebida a receita da SPU (Secretaria de Patrimônio da União) por falta de entrega da documentação em tempo hábil.

OUTRAS RECEITAS TRANSFERIDAS

Há também o recebimento de outras receitas transferidas como:

SUS – Sistema Único de Saúde

FUNDEB, que é composto por 20% das receitas de IR e IPI que compõem o FPM e o FPE, ITR, ICMS, IPVA, ITCMD.

Lei complementar 195/22 – Lei do Audiovisual

TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO MARANHÃO

ICMS – IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

ICMS	2023	2022	2021	2020
Realizado (i)	808.930.757,80	871.674.953,79	739.776.780,55	633.184.734,08
Orçado (ii)	800.106.893,00	706.184.544,00	632.881.299,00	582.236.035,00
% Executado (i)/(ii)	101,10%	123,43%	116,89%	108,75%
% Incremento Realizado Ano Anterior	-7,20%	17,83%	16,83%	

O valor da cota parte do ICMS 2023 caiu em relação ao ICMS 2022. A queda decorre também da baixa das alíquotas dos combustíveis e da energia elétrica, por determinação de emenda constitucional. Para compensar essas perdas, a União editou a **Lei Complementar 201** que regulamenta o repasse (em forma direta ou de redução de dívida) de R\$ 58 bilhões aos Estados a fim de compensar essas perdas. **O Estado do Maranhão já recebeu toda a sua cota de R\$ 535,8 milhões, contudo, ainda não repassou a parte que cabe à São Luís, valor na ordem de R\$ 33 milhões já considerando a dedução do FUNDEB.**

IPI EXPORTAÇÃO

IPI-Exportação	2023	2022	2021	2020
Realizado (i)	5.145.982,47	6.423.579,24	7.955.257,60	5.841.516,77
Orçado (ii)	7.059.696,10	8.105.801,00	5.866.770,00	8.069.541,00
% Executado (i)/(ii)	72,89%	79,25%	135,60%	72,39%
% Incremento Realizado Ano Anterior	-19,89%	-19,25%	36,18%	

Receita decorrente dos 25% que cabem aos municípios dos 10% do IPI que a União repassa aos estados como compensação da desoneração das exportações.

Sobre o IPI exportação, é importante afirmar que **R\$ 365.293,97 deixaram de ser repassados pelo Estado à São Luís em 2023**. A falta do repasse já está sendo motivo de questionamento ao Estado.

IPVA – IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

IPVA	2023	2022	2021	2020
Realizado (i)	164.403.772,20	130.232.998,83	99.006.571,20	94.360.709,61
Orçado (ii)	109.570.414,00	118.403.412,00	82.170.170,00	93.191.003,00
% Executado (i)/(ii)	150,04%	109,99%	120,49%	101,26%
% Incremento Realizado Ano Anterior	26,24%	31,54%	4,92%	

A receita da cota parte do IPVA foi positiva. Houve incremento em 26% em relação à 2022, bem como o valor executado foi 50% superior ao orçado para 2023.

TOTALIZAÇÃO DAS RECEITAS RECEBIDAS EM TRANSFERÊNCIA CORRENTES

Por fim, segue um resumo do somatório de todas as transferências correntes dos 4 últimos exercícios. Mesmo com a queda de algumas receitas, no acumulado geral, manteve-se a tendência de crescimento acima da inflação do período, que foi de 4,62% (IPCA).

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2023	2022	2021	2020
Realizado (i)	3.602.380.728,89	3.235.304.406,27	2.691.784.126,22	2.445.292.417,21
Orçado (ii)	3.155.283.186,57	2.512.346.975,95	2.213.409.382,14	2.177.082.277,57
% Executado (i)/(ii)	114,17%	128,78%	121,61%	112,32%
% Incremento Realizado Ano Anterior	11,35%	20,19%	10,08%	

3.2.3 Legislação

SEMFAZ discute Reforma Tributária

A Secretaria Municipal da Fazenda (SEMFAZ) iniciou as discussões sobre a reforma tributária, com o Secretário Municipal da Fazenda, José Azzolini, reunindo-se com a equipe tributária da SEMFAZ.

Na reunião (27.06.2023) foram abordados os impactos da reforma na autonomia financeira dos municípios. O encontro contou com a participação do Auditor Fiscal da Prefeitura de São Paulo e membro da Câmara Técnica Permanente da ABRASF, Alberto Macedo, que contribuiu por meio de videoconferência nas discussões sobre as propostas das emendas constitucionais 45, 110 e 46 relacionadas à Reforma Tributária.



SEMFAZ participa de Painel de discussões sobre os impactos da Reforma Tributária

A SEMFAZ esteve presente no Painel de Discussões sobre os impactos da Reforma Tributária, realizado no dia 21 de setembro de 2023. O evento, proposto pela vereadora Karla Sarney, abordou as consequências **da extinção do ISS e do ICMS**, para a **criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**, com arrecadação centralizada e distribuição posterior aos municípios.



A discussão focou nos pontos críticos da PEC 45/2019, em análise pelo Senado Federal, e teve a participação do Secretário Municipal da Fazenda, José Azzolini. Durante o evento, foram apresentadas informações sobre a formação dos novos impostos e as possíveis repercussões para cidades de médio e grande porte.

A mesa contou com representantes da SEMFAZ, incluindo a Secretária Adjunta de Gestão Tributária, Monique Bragança, a Superintendente de Fiscalização, Nayde Carvalho Fonseca, e diversos Auditores Fiscais. O Secretário Municipal da Fazenda, José Azzolini, destacou os impactos negativos da Reforma Tributária para São Luís, em termos de perda de arrecadação e autonomia municipal.

O evento também celebrou os resultados obtidos pela Secretaria da Fazenda do Maranhão após 20 anos de implementação do Planejamento Estratégico, ressaltando a liderança e participação ativa de Azzolini no projeto.

Alinhamento de Ações entre áreas financeiras e orçamentárias do município



Em 5 de outubro, a SEMFAZ promoveu uma reunião que congregou diversos órgãos da administração direta e indireta, em conjunto com o setor financeiro ligado à Secretaria Adjunta de Administração Financeira do fisco municipal. O encontro, destinado aos colaboradores da área orçamentária e financeira do município, teve como objetivo **alinhar e regularizar pendências relacionadas a retenções e devolução de recursos.**

3.2.4 Qualificação dos Gastos Públicos

3.2.4.1 Posição Atual da Dívida Pública

A dívida pública do município contabilizada até 31.12.2023, conforme evidenciada no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 3º quadrimestre totalizou de 2023, totalizou R\$ 1.142.001.737,49, correspondendo a uma queda de 132,5 milhões de reais. O quadro abaixo evidencia a evolução dos números.

Demonstrativo da Dívida Pública

Discriminação	Posição 31.12.2023			
	2020	2021	2022	2023
Precatórios posteriores a 02.05.2000	43.917.390,62	30.870.941,37	52.732.205,98	34.058.995,57
Contratos de financiamentos	493.439.985,65	462.127.821,20	410.173.937,26	353.001.901,12
Parcelamento da Dívida - INSS	190.067.662,62	332.855.413,92	386.392.496,73	380.672.380,45
Parcelamento da PASEP		5.639.478,81	5.498.304,52	5.303.809,09
Parcelamento da Dívida - IPAM	134.439.293,64	124.125.571,68	113.811.849,72	103.498.127,76
Parcelamento de Fornecedores	34.623.793,47	34.623.793,47	42.074.452,51	35.652.889,87
Outras Dívidas				177.068,18
Total da Dívida Fundada	896.488.126,00	990.243.020,45	1.010.683.246,72	912.365.172,04
Dívida Flutuante (Restos a Pagar)	306.668.543,23	259.308.649,15	263.821.713,22	229.636.565,45
TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA	1.203.156.669,23	1.249.551.669,60	1.274.504.959,94	1.142.001.737,49

Fonte: RGF 3º quadrimestre/2023

3.2.4.2 Repasse Constitucional à Câmara Municipal

Os repasses ao Legislativo estão estabelecidos nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal – CF/88 e EC nº 25/2000 e 58/2009.

Quanto aos valores dos repasses para a Câmara Municipal e datas legais para suas realizações, abaixo estão transcritos os dispositivos legais que os estabelecem.

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, **não poderá ultrapassar** os seguintes percentuais, relativos ao **somatório da receita tributária e das transferências** previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

IV - **4,5%** (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes.

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I - Efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;

II - Não enviar o **repassse até o dia vinte de cada mês**; ou

III - Enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

As parcelas dos **repasses** à Câmara Municipal corresponderam, cada uma a R\$12.462.423,66, totalizando R\$ 149.549.083,92 no ano.

Cabe destacar que, no mês de janeiro/2023, ainda não conhecido o total da arrecadação do exercício, foi efetuado um repasse que de R\$ 10.295.124,11, logo a seguir complementado em R\$ 2.167.299,55, totalizando, assim, o valor do duodécimo estabelecido constitucionalmente.

3.3 Suporte Institucional

3.3.1 Atendimento Inteligente

Ao longo de 2023, a Semfaz tem avançado no atendimento via **WhatsApp** e **Webmail**, e contou ainda com sete postos em pontos bem localizados da cidade, facilitando, assim, o acesso do cidadão aos serviços do órgão.

3.3.1.1 Postos de Atendimento

Durante o exercício de 2023, a Semfaz contou com **sete postos de atendimento**, distribuídos em diversos pontos da cidade e **com** horário estendido de atendimento. A abertura de novas unidades tem como objetivo principal a descentralização dos serviços do órgão.

Com os postos de atendimento, **a Semfaz conseguiu, para além da descentralização, aumentar a quantidade de atendimentos** realizados por mês e, também, diminuir as grandes filas concentradas na sede da Semfaz.

A SEMFAZ terminou o ano, em dezembro de 2023, possuindo em sua configuração o quantitativo de 5 postos de atendimento em funcionamento. Abaixo, estão relacionados a **localização e o horário** de funcionamento desses postos:

Setor de Atendimento da Semfaz (Rua do Egito, nº 283, Centro)

De segunda a sexta-feira - das 8h às 16h.

Viva Cidadão (**Shopping da Ilha**)

De segunda-feira a sexta - das 10h às 22h
Aos sábados – 13h a 19h

Viva Cidadão (**Golden Shopping**)
De segunda-feira a sexta - das 10h às 22h
Aos sábados – 13h a 19h

Viva Cidadão (**Shopping Passeio – Cohatrac**)
De segunda a sexta-feira - das 10h às 22h.

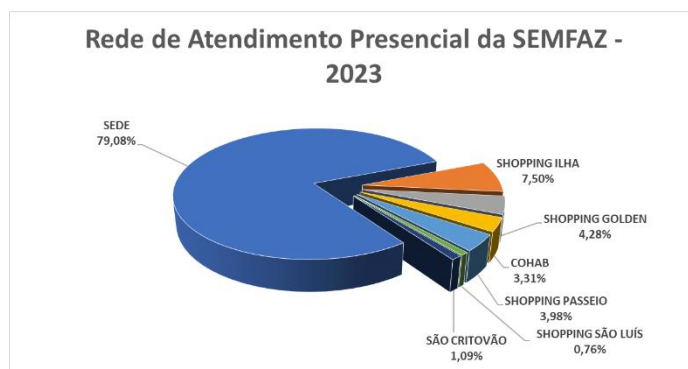
Viva Cidadão (**São Luís Shopping**)
De segunda-feira a sexta - das 9h às 21h
Aos sábados – das 13h às 19



A unidade de atendimento ao contribuinte no **São Luís Shopping (Jaracaty)** foi a mais nova a ser inaugurada em 2023 (21.08).

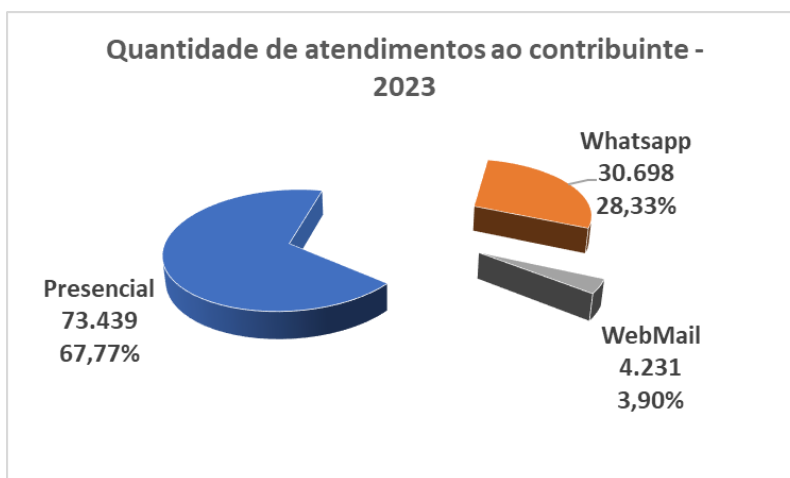
3.3.1.2 Atendimentos Presenciais

Assim como no exercício anterior, a **sede da Semfaz** concentrou a maior parte dos atendimentos presenciais, acumulando cerca de **79,69% dos atendimentos** realizados em 2023, que totalizaram 58.074. Somados, os **postos avançados** responderam com **20,31% do total dos atendimentos**, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Posto Atend.	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
SEDE	142.899	100,00	60.441	86,89	65.998	81,94	58.074	79,08
SHOPPING ILHA	-	-	3.491	5,02	5.088	6,32	5.509	7,50
SHOPPING GOLDEN	-	-	2.411	3,47	3.820	4,74	3.144	4,28
COHAB	-	-	1.969	2,83	2.344	2,91	2.428	3,31
SHOPPING PASSEIO	-	-	694	1,00	2.033	2,52	2.922	3,98
SHOPPING SÃO LUÍS	-	-	0	-	0	-	560	0,76
SÃO CRITOVÃO	-	-	552	0,79	1.266	1,57	802	1,09
7 postos	142.899	100,00	69.558	100,00	80.549	100,00	73.439	100,00

No total de atendimentos de 2023, o atendimento presencial correspondeu a 67,7%, seguido por aqueles realizados via WhatsApp, com 28,3%, e pelas demandas via Webmail (3,9%).



	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Presencial	142.899	97,16	69.558	78,76	80.549	73,73	73.439	67,77
Whatsapp	1.232	0,84	12.360	14,00	22.108	20,24	30.698	28,33
WebMail	2.947	2,00	6.399	7,25	6.595	6,04	4.231	3,90
	147.078	100	88.317	100	109.252	100	108.368	100,00

3.3.2 Cadastros Imobiliário

- Convênio para a Gestão de Informações Territoriais SEMFAZ recebe Representantes da Receita Federal

O Secretário Municipal da Fazenda, José Azzolini, recebeu (26.04.2023) representantes da Receita Federal na SEMFAZ. O encontro teve como foco o alinhamento para formalização de convênio com a Receita Federal visando a participação no Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter). Esse sistema tem a capacidade de **integrar bases de dados cadastrais de imóveis urbanos e rurais** provenientes de prefeituras, INCRA e Cartórios.



Entre os participantes da reunião estavam o secretário municipal da Fazenda, José Azzolini; a Secretaria Adjunta de Gestão Tributária, Monique Bragança; a Auditora Fiscal, Ana Jessica Batista; a Superintendente de Cadastro Imobiliário e a Coordenadora de Cartografia e Geoprocessamento, Eliane Sampaio e Débora Barbosa, respectivamente. Pela

Receita Federal, estiveram presentes José Renato Gomes, Selene Ferreira e José Raimundo Tosta.

De acordo com o Código Tributário Municipal, Lei Nº 6.289 de 28 de dezembro de 2017 - Art. 319, o Cadastro Imobiliário é parte do Cadastro Fiscal do Município de São Luís.

A Superintendência da Área de Cadastro é uma unidade administrativa vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – **SEMURH, cedida a SEMFAZ**, desde 2018, por meio do Decreto Nº 50.705 (03.05.2018), e subordinada, administrativamente, à Secretaria Adjunta de Gestão Tributária. É composta por uma Coordenadoria de Cadastro, uma de Cartografia e Geoprocessamento e um Setor de Análise e Digitação.

No decurso de 2023 a SACT desenvolveu diversas ações que promoveram o saneamento do Cadastro Imobiliário Municipal. Foram ações de atualização e correção dos dados cadastrais, incidindo sobre dados específicos dos imóveis, como os dados territoriais e prediais, dados de logradouros (nomeação conforme lei específica, trechos de logradouros com a atualizações de dados de infraestrutura e codificação de endereçamento postal - CEP).

Estas ações resultaram:

- na **inserção** de novos imóveis, logradouros, quadras fiscais e trechos; e
- na **reativação** de imóveis excluídos indevidamente por ocasião dos recadastramentos havidos ente 2014 e 2017; e
- na **exclusão** de inscrições em duplicidade cadastral e financeira.

Em 2023 desenvolveu-se 02 grandes trabalhos que trouxeram ganhos significativos ao saneamento do cadastro imobiliário e ao lançamento do IPTU, a saber:

- **Projeto de Regularização Fundiária – REURB** – em parceria com a Secretaria Municipal de Urbanismo – SEMURH e por meio de processos administrativos com fins à regularização fundiária, promoveu-se a atualização e correção dos imóveis em 02 áreas específicas do município: REURB-S Liberdade e REURB-E Fabril;
- **Projeto Piloto de Recadastramento 2023** – projeto idealizado e executado pela Superintendência de Cadastro para promover a atualização e correção dos dados cadastrais para os imóveis em corredores primários dos Setores 06 e 12, notadamente, nos Bairros Santa Efigênia, Cidade Operária e Jardim São Cristóvão.

MANUTENÇÃO/ATUALIZAÇÃO DA BASE DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – STM

NOVOS IMÓVEIS CADASTRADOS

Durante o ano de 2023 foram **cadastradas 2.626 novas inscrições** imobiliárias, incluindo inscrições únicas (predial ou territorial) e condominiais (predial).

Dentre estes cadastramentos destacamos **dois importantes empreendimentos** que juntos somam um **total de 784 novas inscrições na modalidade imóvel na planta**, que

elevaram a receita municipal mediante a arrecadação de impostos, com destaque ao ITBI e futuramente irão contribuir com a arrecadação do IPTU das unidades condominiais.

INSCRIÇÕES CADASTRAIS REATIVADAS: inscrições erroneamente inativadas

Promovida a **reativação de 42 inscrições imobiliárias**, tornando-as aptas para o lançamento do IPTU, mediante tratamento das inconsistências cadastrais.

INSCRIÇÕES EXCLUÍDAS/DESATIVADAS

Foram **desativadas 723 inscrições** imobiliárias que apresentavam inconsistências cadastrais e/ou financeiras (inscrições em situações de duplicidade cadastral e financeira, inscrições em estrutura cadastral incorretas, inscrições em inversões cadastrais).

PROJETO PILOTO DE RECADASTRAMENTO 2023 – Setores Fiscais 06 e 12

O Projeto Piloto de Recadastramento 2023 é uma iniciativa da Superintendência da Área de Cadastro com a **finalidade de mitigar a defasagem cadastral**, bem como **atualizar o valor venal dos imóveis** e aumentar a arrecadação dos tributos municipais (IPTU, ITBI) que estão ligados diretamente ao valor venal dos imóveis.

Atualizar e corrigir a **discrepância cadastral dos imóveis** do município de São Luís, que vem ocorrendo devido ao crescimento acelerado e contínuo da cidade, tanto em sua área urbana, quanto nas áreas de expansão urbana e áreas industriais. Percebe-se que nos últimos anos **ocorreu um aumento na quantidade de construções** de casas, prédios e condomínios, a **mudança no uso e destinação** dos imóveis, sobretudo, os localizados nas grandes avenidas que mudaram de uso residencial para o uso comercial, o que tornou necessário a elaboração de um projeto que pudesse equacionar a defasagem entre os dados fáticos dos imóveis e os dados cadastrais.

Sendo identificada essa necessidade, foi providenciada a criação do Projeto Piloto de Recadastramento 2023, por meio do qual foi realizada a atualização em 115 imóveis, os quais passaram a configurar no cadastro do município, conforme a realidade física, o que promoveu um aumento significativo no valor venal dos imóveis e no valor do IPTU para o ano de 2023 e seguintes, conforme planilha em abaixo.

PROJETO RECADASTRAMENTO DE IMÓVEIS 2023		
	Dados de 2022 (R\$)	Dados de 2023 (R\$)
Valor Venal Terreno	739.138,60	776.673,89
Valor Venal Construção	6.243.685,14	14.253.362,76
Valor Venal Imóvel	6.982.823,67	15.030.036,56
IPTU	69.021,78	168.256,92

Para essa primeira etapa do projeto foram atualizados os imóveis localizados nos corredores primários dos Bairros Santa Efigênia, Cidade Operária e Jardim São Cristóvão.

PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – SEMURH

Caracterizada como uma ação de intervenção pública, sob o aspecto jurídico, físico e social, esta ação foi executada em conjunto com a Secretaria Municipal de Urbanismo – SEMURH com fins a promover a regularização dos assentamentos irregulares no âmbito Dominial, Urbanístico e Ambiental no contexto legal das cidades.

- REURB-S ÁREA DA LIBERDADE – Atualização cadastral de 530 imóveis

Com o aumento da cidade, localidades vão se constituindo e tomando forma. A área da Liberdade foi se formando em volta do antigo matadouro. Constituída por um grande fluxo de pessoas oriundas de áreas rurais quilombolas e tendo como sua nova moradia a crescente área da Liberdade, sendo reconhecida como uma das maiores zonas quilombolas urbanas do Estado.

Através do processo 340/2023 SEMURH foi iniciado a regularização fundiária da área da Liberdade, onde ocorreu a identificação dos imóveis e suas inscrições, entre os quais totalizou **530 imóveis**.

Foram realizadas as atualizações e as devidas correções nas áreas de lotes, áreas construídas e nos complementos de endereço, passando estes imóveis a constar no Sistema Tributário Municipal – STM em consonância com os dados fornecidos por meio do Cadastro Sócio Econômicos e do Levantamento Topográfico.

- REURB-E ÁREA FABRIL – atualização cadastral de 36 imóveis.

Através do processo 87.169/2023 SEMURH foi iniciada a regularização fundiária da **área da Fabril**, onde ocorreu a identificação dos imóveis e suas inscrições, entre os quais totalizou **36 imóveis**.

Foram realizadas as atualizações e as devidas correções nas áreas de lotes, áreas construídas e nos complementos de endereço, passando estes imóveis a constar no Sistema Tributário Municipal – STM em consonância com os dados fornecidos por meio do Cadastro Sócio Econômico e do Levantamento Topográfico.

ATUALIZAÇÃO CADASTRAL 2022 - DECRETO Nº 57.668 DE 10 DE MARÇO DE 2022 – Etapa final para a **atualização de 760 imóveis**.

Ação de atualização cadastral realizada por meio do Decreto Nº 57.668 (de 10 de março de 2022) que, considerando a necessidade de atualização do Cadastro

Imobiliário e com o objetivo de melhorar a execução dos serviços públicos prestados, acolheu a solicitação dos contribuintes com a recepção de documentos de titularidade, documentos pessoais dos proprietários/possuidores e documentos de endereçamento e promoveu a correção e atualização cadastral de dados do endereço, vinculação dos registros cartórios.

ANÁLISE DE INSCRIÇÕES IMOBILIÁRIAS COM STATUS DE IMÓVEIS NA PLANTA

Ação executada a partir de relatório emitido em 20/07/2023 pela Superintendência da Área de Informática – SUAINFO com a finalidade de análise para promover a atualização cadastral com a retirada do STATUS de imóvel na planta para as inscrições integrantes de empreendimentos com a emissão de Habite-se pela SEMURH. O relatório contém um total de **8.426 imóveis, em sua maioria, imóveis condominiais.**

CENTRAL PERMANENTE DE IPTU

Destaca-se o trabalho de localização/identificação de inscrições imobiliárias por meio dos sistemas STM – Sistema Tributário Municipal e SIG/SL para fazer face a cada atendimento efetuado.

• **Número de atendimentos on-line**
(02/01 a 05/06 – 21/08 a 29/12) – **3.300**

• **Número de atendimentos presenciais** (02/01 a 29/12) – **7.800**



CENTRAL DE IPTU 2023 – ON LINE (06/06 a 18/08)

Quantidade de atendimentos por assunto

Assunto	Quant.
Guia para Pagamentos	379
Localização de inscrição imobiliária	313
Extrato de débitos	18
Demais informações	407
TOTAL	1.117

Tabela 6 - Quantidade de atendimentos por assunto na Central de IPTU 2023 - OnlineFonte: SACT/SEMFAZ (2023).

APRIMORANDO O CADASTRO IMOBILIÁRIO: INICIATIVAS ESTRATÉGICAS E ESSENCIAIS

O Cadastro Imobiliário está empenhado em promover a colaboração entre os órgãos da Prefeitura de São Luís, assim como órgãos federais como os Correios e a Receita

Federal. O objetivo principal é aprimorar os processos e realizar a regularização do cadastro urbano, buscando eficiência e precisão nas informações. Essa parceria estratégica visa otimizar a gestão cadastral, assegurando a integridade e atualização necessárias para atender às demandas urbanas de forma mais eficaz.



A SEMFAZ, em colaboração com a SEMISPE, INCID, SEMURH e SEMIT, uniram esforços para buscar soluções e promover inovações no geoprocessamento e cadastro multifinalitário de São Luís. Esses órgãos estão dedicados a acelerar a identificação e resolução de demandas em diversas áreas, como saúde, assistência social, ambiental, tributária, educacional e mobilidade urbana.

A Semfaz participou do evento sobre **integração ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais - Sinter**, que aconteceu nos dias 8 e 9 de agosto na cidade de Fortaleza (CE). Realizado pela Receita Federal, o evento teve como objetivo principal **reunir cidades de todo o país que estão aptas a integrar o sistema que agrega dados cadastrais, geoespaciais, fiscais e jurídicos**, relativos a bens imóveis, produzidos pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

A Coordenadora de Cartografia e Geoprocessamento, Débora Barbosa da Silva e o Auditor Fiscal e Coordenador de Apoio Tecnológico, Manfrini Pereira, representaram a Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz) durante o encontro, participando das discussões sobre sistemas de cadastros urbanos.

A Secretária Adjunta de Gestão Tributária, Monique Bragança, recebeu representantes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (**Semurh**) e do Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (**INCID**) nas instalações da **Semfaz**. O objetivo desse encontro foi **alinhar os procedimentos relativos à criação e manutenção da designação de logradouros e bairros em toda São Luís**.



Durante a reunião, foram abordadas as definições de diversos bairros na capital maranhense, bem como discutida a utilização da base cadastral do município para a conclusão eficiente desse trabalho.



O Secretário Municipal da Fazenda, José Azzolini, recebeu representantes da Receita Federal nas instalações da Semfaz. O objetivo principal do encontro foi alinhar os procedimentos para a formalização de um convênio com a Receita Federal, visando a participação no Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter). Esse sistema desempenha a função de integrar as bases de dados cadastrais de imóveis urbanos e rurais provenientes das prefeituras, INCRA e Cartórios,

proporcionando uma gestão mais eficiente e abrangente das informações territoriais.

Em 2023, a CCG deu seguimento aos seus projetos de aprimoramento, concentrando esforços na elevação da eficiência no atendimento às demandas específicas do setor. Dentre as iniciativas implementadas, destacam-se a aplicação de ferramentas robustas de gestão da qualidade, tais como SWOT e 5W2H, visando aprimorar a compreensão e abordagem de desafios.

Além disso, a CCG investiu na criação e atualização de **Guias de Procedimentos Técnicos**, estabelecendo diretrizes claras para as atividades do setor. A realização de **reuniões estratégicas** de alinhamento proporcionou um ambiente propício para a troca de ideias e a definição de metas compartilhadas. Complementarmente, a equipe participou de treinamentos, reforçando competências essenciais e fortalecendo a sinergia entre os membros.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2023							
PLANO DE AÇÃO				5W2H			
ASSUNTO: Reestruturação da Base de Dados Cartográfica de consulta e Layout de Mapas DATA DA PREVISÃO: Primeiro semestre de 2023 RESPONSÁVEL PELO PLANO DE AÇÃO: Coordenadoria de Cartografia e Geoprocessamento - CCG OBJETIVO: Promover a atualização e reorganização dos dados que compõem a base de dados e melhorar o layout de mapas que compõem os processos.				COORDENADOR(A): Débora Barbosa da Silva EQUIPE: Amanda Damasceno, Jefferson Coelho, Josirene França, Jamille Oliveira, Josafá Cardoso e Gabriel Irvine. ELABORAÇÃO: Débora Barbosa da Silva			
5W		2H					
O quê? (What?)	Por quê? (Why?)	Onde? (Where?)	Quem? (Who?)	Quando? (When?)	Como? (How?)	Quanto custa? (How much?)	Status
Criação do Novo Layout de Mapas	Para melhor compreensão dos demais setores quanto aos dados utilizados para elaboração do parecer.	CCG	Débora Barbosa	Até 31/05/2023	Levantar os principais dados que deverão compor os mapas	Não se aplica	CONCLUÍDO
Tratamento e georreferenciamento dos dados oriundos da Ação Fiscal nº 120230092100008 Processo nº 020-015854/2023 CNPJ: 06.272.793/0001-84 EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. 487.179 unidades consumidoras	Os dados obtidos subsidiarão o saneamento cadastral de inscrições imobiliárias sem CPF válido ou com nome de proprietário/ocupante incompleto ou fictício	GTIMOB CCG	Ana Jéssica Oliveira Débora Barbosa	Até 31/05/2023	Utilizar o campo de coordenadas geográficas contidas no arquivo fornecido pela Equatorial para geoespacializar as unidades consumidoras (487.179 unids)	Não se aplica	CONCLUÍDO
Saneamento dos CEPs inválidos (65.000-000) cadastrados no STM no módulo Cadastro Imobiliário (Memorando 6.767/2023)	Atualmente possuímos 6.999 imóveis cadastrados com o CEP 65.000-000, que não é reconhecido pela Receita Federal como um CEP válido, gerando problemas aos contribuintes durante abertura de empresas pelo Empresa Fácil	SUAINFO SACT CCG	Ana Jéssica Oliveira Eliane Sampaio Débora Barbosa Jefferson Coelho	1ª fase - Até 30/12/2023 2ª fase - Até 30/12/2024	Realizar consulta nos bancos de dados (IBGE, Correios, Placas de Identificação, Ementário de Léis, etc) para subsidiar a atualização correta do bairro e logradouro. Encaminhar as alterações à SACT para atualização no STM. Encaminhar Ofício aos Correios solicitando a criação e/ou atualização de CEP, bairro e logradouro.	Não se aplica	EM ANDAMENTO CONCLUÍDO: 1.538 imóveis

Figura 1 – Trecho do Plano de Ação (5W2H) de 2023
Fonte: CCG/SEMFAZ (2023).



Figura 2 – Trecho dos Guias de Procedimentos Técnicos.
Fonte: CCG/SEMFAZ (2023).

Dentre as principais atividades desenvolvidas durante o ano e descritas no plano de ação estão:

- ✓ **Criação de um novo layout de mapas** que apresentasse de forma clara e objetiva informações importantes para a manutenção do Cadastro Imobiliário e atendimento de processos administrativos. O novo Mapa de Localização possui a foto de fachada do imóvel que está sendo objeto de análise, bem como o QRCode da localização do imóvel no Google Maps. Além disso, foram criados outros dois mapas para compor a análise: o **Mapa Auxiliar** e o **Mapa do Plano Diretor**, sendo o primeiro para mostrar claramente o Bairro, Quadra Fiscal, Plano Diretor (2023) e Zonas de Referência (1992); e o segundo, que compara as versões das leis de 2006 e 2023 para elucidar mudanças na classificação entre Urbano e Rural.

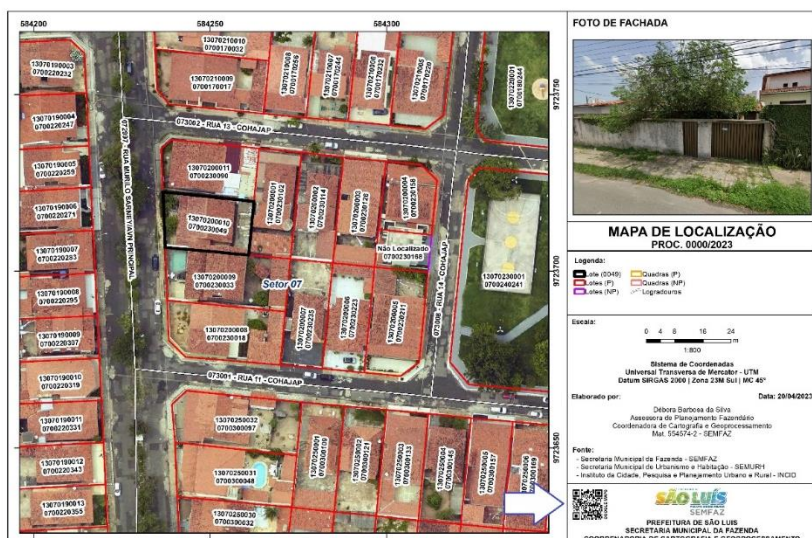


Figura 3 – Novo layout do Mapa de Localização
Fonte: CCG/SEMFAZ (2023).

- ✓ Foram **processadas e georreferenciadas 487.179 unidades consumidoras** provenientes da Ação Fiscal nº 120230092100008 | Processo nº 020-015854/2023 | CNPJ: 06.272.793/0001-84 | **EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.** Esse trabalho desempenha um papel essencial no aprimoramento diário da integridade cadastral, identificando e corrigindo inscrições imobiliárias com dados de proprietário/possuidor e CPF incorretos ou inválidos. Além disso, as informações de endereço das unidades consumidoras funcionam como uma valiosa fonte de pesquisa para a atualização de logradouros, corrigindo toponímias incorretas ou ausência de denominação.



Figura 4 – Distribuição das unidades consumidoras na base cartográfica.
Fonte: CCG/SEMFAZ (2023).

- ✓ Atualmente, contamos com o cadastro de 6.999 imóveis associados ao CEP 65.000-000, um código que não é reconhecido pela Receita Federal como válido. Essa situação tem ocasionado dificuldades para os contribuintes durante o processo de abertura de empresas pelo Empresa Fácil. Em resposta a essa questão, realizamos a regularização de 1.538 imóveis no ano de 2023, e os esforços para sanar os demais estão em andamento, com previsão de conclusão até 30/12/2024.

COORDENADORIA DE CARTOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO EM NÚMEROS

Além dos projetos de melhoria implementados, em 2023 a CCG analisou um total de 1.755 processos administrativos. Ressalta-se que deste total, **443** processos foram de **atualização de Lotes, Quadras ou Logradouros** e **992** solicitando da CCG a **posição geográfica de imóveis, toponímia de logradouros, bairros, área e ano de construções**, dentre outras informações.

Assunto	Número de Processos
Atualização da Base Cartográfica	443
Cadastramento de imóvel	294
Localização	992
Outros	26
Total	1.755

Tabela 1 - Quantidade de processos analisados por assunto em 2023
Fonte: CCG/SEMFAZ (2023).

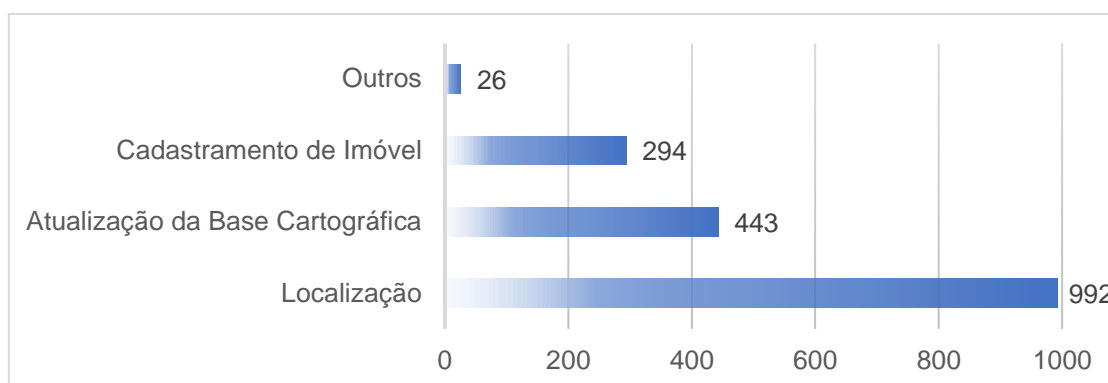


Gráfico 1 - Quantidade de processos analisados por assunto.
Fonte: CCG/SEMFAZ (2023).

REVISÃO DOS LOGRADOUROS – SANEAMENTO TOPONÍMIA E INFRAESTRUTURA – Revisão de 3.555 logradouros

Um fato muito comum no município é a divergência entre a nomenclatura do logradouro no cadastro imobiliário e o seu reconhecido pelos moradores locais.

Embora possa parecer que isto ocorra apenas em áreas de expansão urbana, especialmente em áreas de ocupação espontânea, este fato também ocorre em áreas já urbanizadas e consolidadas, em razão de alterações da toponímia por meio de leis específicas da Câmara Municipal.

Alguns **exemplos**, conforme abaixo, ajudam a entender a ocorrência desse fato:

- Constituição de **novos logradouros** por iniciativas populares – ocorre principalmente nas áreas de ocupação espontânea, a partir da criação de “novos acessos” (Ruas) aos locais da ocupação; e
- **Renomeação dos logradouros** – um ato de prerrogativa do legislativo municipal, onde por meio de lei específica se nomeia ou renomeia um logradouro público. Ocorre, entretanto, em alguns casos, o não reconhecimento da nova nomenclatura em detrimento ao “antigo” nome do logradouro.

A **constatação dessa inconsistência** se dá por meio de **vistoria “in loco”** nos logradouros com a finalidade de identificação do nome do logradouro, bem como de sua infraestrutura e serviços públicos existentes, ocorrendo mediante processos de revisão de campo.

O saneamento dessa inconsistência resulta de uma atividade diária executada pela Coordenadoria de Cadastro que, no ano de 2023, por meio de **diligências físicas**, realizou o levantamento dos corretos nomes e dados de infraestrutura de um total de **3.555 logradouros**.

REVISÃO NOME DE PROPRIETÁRIO EM DUPLICIDADE, HOMÔNIMOS E COM CPF FICTÍCIO – Identificação de 513 proprietários

Esta atividade é realizada de forma contínua e diária com a finalidade de sanear as inconsistências no nome do proprietário e com CPF fictício. É realizada, por meio de visita “in loco” nos imóveis para identificar nome dos reais proprietário, uma vez que nos Recadastramento de 2014 e 2017 diversos imóveis foram cadastrados tendo o proprietário em duplicidade (proprietário inexato), com CPF fictício e/ou sem proprietário vinculado verdadeiro (proprietário ignorado).

Durante as inspeções “in loco”, os cadastradores buscam identificar de forma específica os **proprietários dos imóveis objeto do processo**, além da identificação do **nome e CPF do real proprietário** para os imóveis cadastrados com nomes homônimos e ainda imóveis lançados em nomes dos proprietários, os quais desconheciam a titularidade dos mesmos, o que possibilitou uma identificação de **513 proprietários**, para o saneamento das inconsistências.

LEVANTAMENTO DE IMÓVEIS – SANEAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS CADASTRAIS

Tramitaram na Coordenadoria de Cadastro, em 2023, 1.573 processos de diversos assuntos: revisão de campo, cadastramento, desmembramento, remembramento, habite-se, correção de endereço etc., sendo em sua maioria os de revisão de campo.

Podemos inferir que o número de imóveis que foram identificados, revisados e reavaliados pelo setor é muito maior, visto que em alguns processos o levantamento não ocorre apenas no imóvel do requerente, mas também nos imóveis vizinhos, podendo em alguns casos, ocorrer o levantamento de uma face da quadra fiscal.

Além de confirmar os proprietários e/ou ocupantes desses imóveis, ocorre o levantamento dos dados cadastrais dos terrenos e seus atributos, da área construída, tamanho, padronização e características com fins a obtenção do valor venal do imóvel e do lançamento do IPTU.

3.3.3 Controle e Conciliação

A Superintendência da Área de Controle e Conciliação (SACC) – unidade de atuação programática subordinada à Secretaria Adjunta de Gestão Tributária (SAGT), é responsável pela implantação de lançamentos diversos, cancelamentos, prescrições, suspensões administrativas e judiciais, lançamentos de multas e diferenças de valores de tributos, isenções, imunidades, conciliação e transferência de pagamentos de tributos diversos e demais ajustes no Sistema de Tributos do Município – STM.

No exercício de 2023, receberam lançamentos por parte da SACC, **5.766 processos** de natureza tributária, conforme demonstrativo abaixo:

QUANTITATIVO DE PROCESSOS COM TRÂMITE NA SACC

Mês	2021	2022	2023
------------	-------------	-------------	-------------

Janeiro	496	493	482
Fevereiro	548	278	264
Março	549	692	636
Abril	385	439	411
Mai	351	726	705
Junho	498	426	412
Julho	839	566	544
Agosto	818	719	710
Setembro	657	337	326
Outubro	564	673	630
Novembro	796	379	365
Dezembro	477	295	281
TOTAL	6.978	6.032	5.766

Fonte: Semfaz/SACC

A SACC necessita de relatórios no sistema STM que forneçam informações gerenciais para evidenciar os resultados das atividades por ela desenvolvidas; tampouco o Sistema de Documento Eletrônico, mediante o qual recebe os processos que tramitam na área, oferece relatórios que lhe sejam de valia para apuração de suas atividades. Para tanto, a SACC efetua levantamento de sua produção, utilizando procedimento manual junto às Fichas de Entrega de Processos aos setores.

3.3.4 Fidedignidade Contábil

3.3.4.1 Fechamento Contábil

Neste quesito, a Semfaz participa com as ações da Contadoria-Geral do Município, conciliando os atos e fatos de todos os órgãos da Prefeitura tanto em **balancetes mensais**, como inúmeros demonstrativos exigidos pela legislação.

3.3.4.2 Gestão Fiscal (RREO e RGF)

Em relação à Gestão Fiscal do Executivo, a Contadoria-Geral do Município, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar nº 101/2000) elabora os seguintes demonstrativos:

- Bimestralmente, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (**RREO**);
- Quadrimestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal (**RGF**).

Referidos relatórios são enviados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), divulgados no Portal da Transparência do site da Prefeitura de São Luís, além de serem publicados no Diário Oficial do Município. O quadro abaixo evidencia os dados relativos à publicação dos demonstrativos do RREO e do RGF.

Relatório	Período	DOM	Publicação
RREO 1º bim/23	jan-fev	326	27.03.2023
RREO 2º bim/23	mar-abr	370	23.05.2023
RGF 1º quadr/23	jan-abr	370	23.05.2023
RREO 3º bim/23	mai-jun	421	25.07.2023
RREO 4º bim/23	jul-ago	469	21.09.2023

RGF 2º quadr/23	mai-ago	469	21.09.2023
RREO 5º bim/23	set-out	515	21.11.2023
RREO 6º bim/23	nov-dez	584	02.02.2024
RGF 3 quadr/23	set-dez	584	02.02.2024

Fonte: Contadoria Geral do Município/Semfaz

3.4 Gestão Estratégica

3.4.1 Planejamento Estratégico SEMFAZ 2022-2025

- Planejamento Estratégico na Área Tributária

A área de Gestão Tributária, em 03.03.23, esteve reunida com Secretário da Fazenda, José Azzolini, a Secretária Adjunta de Gestão Tributária, Monique Bragança, e líderes da área tributária para avaliar os resultados de 2022 e discutir as ações e metas a serem estabelecidas para 2023.

Além dos superintendentes ligados à área tributária, participaram também líderes dos grupos de fiscalização, como os de substituição tributária, instituições de ensino, construção civil, Simples Nacional, tributação imobiliária, receitas transferidas, entre outros.

- Reunião com Grupos de Trabalho da Fiscalização



No dia 25 de abril, os Auditores Fiscais, responsáveis pelos grupos de trabalho de fiscalização na SEMFAZ, reuniram-se para alinhar as ações realizadas pelos GT's. Durante o encontro, foram discutidos detalhes sobre as atividades, novidades e resultados alcançados nos primeiros meses do ano.

- SEMFAZ e PGM discutem mudanças no cálculo do ICMS

As recentes alterações no cálculo da cota-parte do ICMS e seus impactos para o município de São Luís, por força da nova reforma tributária nacional foram discutidas em reunião (26.04.2023) de integração institucional, entre a área de gestão tributária da SEMFAZ e membros da Procuradoria Geral do Município (PGM).



- Secretário Municipal da Fazenda participa de comemorações aos 20 anos do Planejamento Estratégico da SEFAZ-MA

No dia 29 de setembro, o Secretário Municipal da Fazenda, José Azzolini, participou das comemorações dos 20 anos da criação e execução do Planejamento Estratégico da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-MA).



Azzolini foi homenageado pela sua significativa contribuição para o projeto. A primeira fase do projeto foi implantada em 2003 e executada até 2006, durante o período em que Azzolini ocupou o cargo de Secretário de Fazenda do Estado do Maranhão. Ele apresentou detalhes das ações realizadas para a construção e execução do planejamento estratégico de 2003 a 2010,

período em que esteve à frente da SEFAZ. Entre 2007 e 2010, Azzolini coordenou a segunda fase do Planejamento Estratégico da SEFAZ, que adotou novas diretrizes, priorizando a implantação bem-sucedida por meio da elaboração de planos de ação, definição de metas associadas a indicadores fiscais e disseminação ativa entre os servidores do órgão.

3.4.2 Imagem Institucional

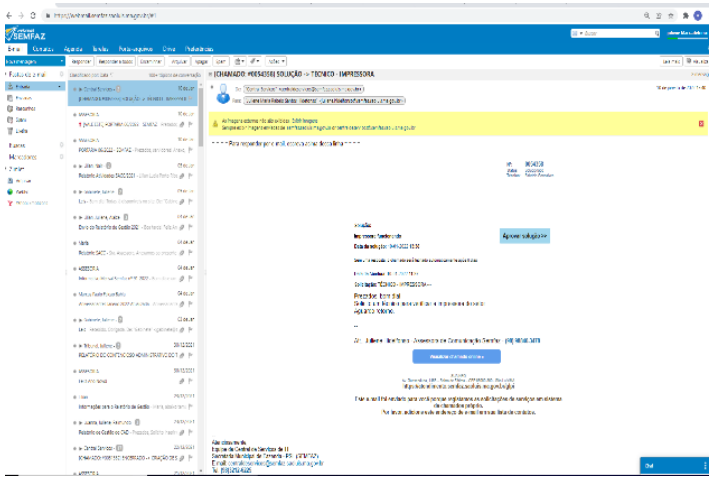
3.4.2.1 Rede Interna

Informativo Semfaz

Mensalmente, a Semfaz publica o Informativo Semfaz – encaminhado por e-mail e WhatsApp a todos os servidores do órgão. O informativo apresenta informações diversas com notícias internas, lista de aniversariantes e outros. No link abaixo, as edições deste ano: <https://drive.google.com/file/d/1O4yRTCLB-WCe6-8qb2BynMmRtlFer/view?usp=sharelink>.

WebSemfaz

A Semfaz possui uma rede integrada de e-mail que é acessada por todos os servidores do órgão, devidamente habilitados para tal mediante cadastro funcional, login e senha. O acesso é efetuado pelo endereço eletrônico <https://webmail.semfaz.saoluis.ma.gov.br>.



O webmail da Semfaz é gerenciado pela equipe da Superintendência da Área de Informática (SUAINFO), efetuando criação de acessos, solução de problemas, além do apoio prestado pela **Central de Atendimento de Informática**, para resolver problemas com os **equipamentos de TI** ou **acesso à Internet**. Tal central **monitora e produz estatísticas de todos os chamados e atendimentos**.

1.4.2.2 Rede Social

A Semfaz ingressou nas redes sociais, no Instagram, com o perfil @semfaz.saoluis. Na rede, prezamos pela divulgação de todas as atividades realizadas no âmbito do órgão, que possuem interesse público. As publicações vão desde as atividades internas, como também a participação em ações externas, divulgação em massa dos canais e postos de atendimento e, principalmente, das ações da Semfaz, como a mudança de sede, o lançamento do IPTU, a entrada de Auditores Fiscais, entre outras publicações realizadas com periodicidade.

3.4.3 Gestão do Conhecimento

Folha de Pagamento destinado a todos os órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura de São Luís

- **Data:** 08.03.2023
- **Público-alvo:** servidores envolvidos em todas as etapas do processo de pagamento da Folha de Pessoal.
- **Foco:** funcionalidades do Sistema SIARH e aprender novos procedimentos relacionados à preparação da folha de pagamento de cada órgão.
- **Local:** Auditório da Semfaz



3.5 Agentes Alavancadores

3.5.1 Tecnologia da Informação e Comunicação

3.5.1.1 Modernização dos sistemas da Semfaz

A SEMFAZ tem trabalhado para modernização dos sistemas da Secretaria, com vistas à **melhoria das malhas fiscais e demais implementações dos serviços de inteligência fiscal no combate à sonegação e na busca de facilitar ao contribuinte o cumprimento da obrigação tributária. A equipe também vem incessantemente trabalhando para melhoria de processos e fluxos internos.** O resultado destas mudanças tem sido **a diminuição de filas** nas unidades e o **atendimento célere**, com a resolução de diversas demandas com qualidade e agilidade. Com o avanço na prestação de serviços, o contribuinte pode solucionar grande parte das suas demandas pela internet ou pelos canais de atendimento on-line.



As ações da Superintendência da Área de Informática da SEMFAZ voltam-se, em sua maioria, para apoiar as ações finalísticas do órgão, além de prestar suporte às demandas de toda ordem das demais áreas internas.

Os atendimentos prestados pela Superintendência da Área de Informática da SEMFAZ, **por meio da equipe terceirizada**, totalizaram **5.212**, ensejando uma média mensal de **434,34** atendimentos, sendo que destes atendimentos, **4.281** atendimentos foram realizados pela coordenação de Infraestrutura e **931** pela coordenação de Sistemas. Vale ressaltar que tivemos atendimentos de processos pela equipe de Auditores Fiscais lotados na SUAINFO e equipe de apoio, numa ordem de **1.045** atendimentos englobando **123** processos administrativos, **641** Memorando e Ofícios, e **281** Protocolos, durante o exercício de 2023, sendo que além de participar no atendimento dos processos, todos os chamados passam ou tem como responsável algum dos auditores lotados nesta superintendência e com responsabilidades sobre projetos de inovação da área de infraestrutura e sistemas.

3.5.1.2 Quadro de colaboradores

A área de informática conta com o **quadro de colaboradores**, composto por servidores efetivos da SEMFAZ, comissionados e prestadores de serviços de atendimento e de tecnologia (estes voltados para o desenvolvimento e suporte aos aplicações e sistemas utilizados pelo órgão e pelos contribuintes municipais de São Luís).

Tipo	Quantidade
Efetivo	5
Comissionado	1
Prestador de Serviços de Atendimento	1
Prestador de Serviço de Tecnologia	23

3.5.1.3 Integração Institucional

Visando a consecução de ações externas e estreitando as relacionais institucionais, a área de tecnologia da informação da SEMFAZ, interage com outros órgãos da administração municipal, órgão externos e empresas parceiras. Assim, foram destaque em 2023, as seguintes iniciativas:

- **Alinhamento técnico e metodológico com a SEMIT:** discussão da melhor estratégia para otimizar a disponibilização de serviços tecnológicos para a sociedade;
- **Integração com o Banco do Brasil S.A.** para recepção dos **arquivos de retorno de pagamentos**, de forma automática e independente de ação humana, dando maior segurança e disponibilidade do serviço de baixa de pagamentos;
- **Estreitamento do entendimento de negócios com outras secretarias** do município, no sentido de disponibilização de serviços e taxas dentro dos sistemas computacionais sustentados pela SEMFAZ;
- **Estreitamento e ampla discussão com a REDESIM**, visando o intercâmbio de informações cadastrais de pessoas jurídicas e físicas;
- **Estreitamento da relação com a SEFAZ** com o objetivo de unificar fiscalizações, possibilitando a utilização mútua de dados e tecnologias;
- **Estreitamento dos laços com a OAB, TJ-MA, MP-MA, PGM** e demais órgãos, com o fito de uniformizar entendimentos jurídicos para evitar ações infrutíferas, desgastantes e unilaterais.

3.5.1.4 Inteligência Estratégica e Gestão do Conhecimento

- **Elaboração da matriz de risco da SUAINFO;**
- Sugestão de pacificação e padronização dos entendimentos com relação à **legislação tributária** entre os diversos setores da Secretaria;
- Reuniões de **alinhamento e comunicação entre os servidores** do quadro da área, com a finalidade de se chegar à um consenso nos trabalhos em equipe;
- Gestão e fiscalização de contratos da área de Tecnologia da Informação: **aprimoramento da dinâmica dos contratos**, atuando pontualmente para verificar a conformidade da execução contratual com os objetos contratados, inclusive com proposição de melhorias visando a **otimizar o uso do recurso público**, desenvolvimento sustentável e manutenção do equilíbrio contratual;
- Readequação da **Instrução Normativa (IN)** que preconiza a abertura de chamados, pois concede **transparência, acompanhamento das ações e disseminação do conhecimento;**

- **Diálogo com os diferentes setores** que fazem parte do processo (no caso concreto) antes de realizar **despachos**, a fim de **evitar retrabalhos e padronizar entendimentos**;
- **Reuniões periódicas com grupos técnicos** de trabalhos para discutir atualizações da **legislação tributária e jurisprudências** que impactam ou podem impactar nos processos na SEMFAZ;
- Criação de **novos canais para** comunicação com os contribuintes, no intuito do saneamento de dúvidas a respeito de legislação específica de grupos técnicos, mediante a criação de **e-mails, listas de distribuição e WhatsApp corporativo**, a fim proporcionar **celeridade aos atendimentos**;
- Elaboração e atualização contínua pela equipe da SUAINFO de **Manuais de Orientação aos contribuintes**, que são disponibilizados no portal da SEMFAZ, com o objetivo de diminuir a incidência dos principais achados em auditorias fiscais, fomentando o instituto da denúncia espontânea/ autorregularização;
- Proposição de procedimento visando **resguardar as informações** do Sistema Tributário;
- **Suporte na conclusão das instalações do novo prédio da SEMFAZ**, no tocante a **compra de equipamentos e contratações de serviços de T.I.** para tornar o prédio funcional aos seus colaboradores.
- Aquisição de Desktops e Notebooks para otimizar o desenvolvimento das áreas de negócios;
- Acompanhamento e sugestões de melhorias do Sistema de Acompanhamento de Processos Digitais (1DOC);
- Contratação de Nova terceirizada de Infraestrutura de Nuvem;
- Melhorias nas metodologias de desenvolvimento de sistemas utilizado na SEMFAZ;
- Acompanhamento e gestão do processo de digitalização dos processos físicos legados e do arquivo da SEMFAZ;

3.5.1.5 Soluções Tecnológicas e de comunicação remota

As **melhorias qualitativas** operadas com presença substancial da SUAINFO estão elencadas abaixo:

- **PROJETO PIX:** Projeto de solução que permite que todas as guias de impostos municipais sejam pagas via Pix;

- **PROJETO PORTO:** Projeto de solução de consumo e geração de base de dados dos navios que já atracaram e desatracaram no Porto do Itaqui em São Luís do Maranhão, bem como todo o detalhamento do transporte e da carga visando o cruzamento de informações e aumento da arrecadação neste setor;
- **PROJETO ITBI:** Projeto de solução que executa impostos sobre a transmissão de bens imóveis eletrônicos. Neste projeto, todo o processo é eletrônico, com utilização de certificado digital, o que foi amplamente discutido com as serventias extrajudiciais desta capital e também com as instituições financeiras e demais interessados.
- **PROJETO MeshCentral** – Padronização e gerenciamento de estações de trabalho, possibilitando o controle remoto seguro para com dispositivos e gerenciamento em grande escala de forma centralizada. Com isso, a SEMFAZ ganhou o benefício em agilidade no atendimento, onde se possa a ter a possibilidade de solucionar grande parte das demandas de forma remota.
- **PROJETO INVENTÁRIO DE RECURSOS COMPUTACIONAIS NO GLPI:** Montagem do inventário referente aos recursos computacionais como desktops, notebooks e impressoras da SEMFAZ, facilitando a obtenção de informações para melhorar a tomada de decisão.
- **PROJETO SUJEITO PASSIVO:** Permitir que o Sistema Tributário Municipal defina um sujeito passivo que não seja o proprietário do imóvel, possibilitando a SEMFAZ lançar, cobrar e protestar os créditos tributários;
- **PROJETO REDESIM:** Implementação da nova versão do REDESIM, que passou a utilizar serviços REST e não mais o envio de arquivos XML;
- **MELHORIA NA IMPUTAÇÃO DO CRÉDITO VIA SIAFI:** Melhoria no sistema de imputação de créditos por pagamento via SIAFI, passando a imputação a ser realizada por competência da nota fiscal de serviços;
- **ADEQUAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL:** Desobrigar a indicação de uma CNR, realizar a cobrança do ISS de acordo com a Instrução Normativa da matriz de incidência e atualização automática da conta corrente;
- **ADEQUAÇÃO DO MÓDULO DE AÇÃO FISCAL/FISCALIZAÇÃO:** Alteração do prazo de fiscalização, inclusão da reincidência e permitir digitar alíquota do simples nacional;
- **MELHORIAS NA MALHA DO SIMPLES NACIONAL:** permitindo o aproveitamento do saldo crédito no regime de caixa e alguns casos pontuais no regime de competência;
- **MELHORIA NO SISTEMA DE LOGIN DO STM:** proporcionando mais agilidade no momento de acesso, padronização de perfil;

- **MELHORIAS NO PROCESSAMENTO DA DESIF:** possibilitando o aceite da declaração substituta;
- **MELHORIA NO SISTEMA DE EMISSÃO DE CERTIDÕES:** (retirada da pendência cadastral, apenas empresas estabelecidas, texto da certidão positiva);
- **INCLUSÃO AUTOMÁTICA DOS SUBSTITUTOS TRIBUTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,** utilizando a raiz do CNPJ existente;
- Implementação do Módulo de dedução do plano de saúde;
- Melhorias nos módulos do **Cadastro Imobiliário** visando a segurança, o bom andamento e a atualização da informação dos imóveis na base de dados;
- **INTERMEDIÇÃO E PROPOSIÇÃO DE ALTERAÇÕES NO SISTEMA:** informações e fluxos de trabalho com base nas demandas dos trabalhos da **CGTI**;
- Melhorias no **cadastro econômico visando à justiça tributária** no lançamento do Alvará, otimizando da carga de trabalho interno na SEMFAZ;
- Acompanhamento dos trabalhos para publicação do Hotsite e lançamento do IPTU 2023;
- Melhorias nas estruturas tecnológicas que integram o serviço da **Redesim**;
- Melhorias nos módulos que fazem parte da **Nota Fiscal de Serviços: escrituração e RPS**;
- **IMPLEMENTAÇÃO PAINÉIS GERENCIAIS** utilizando o Business Intelligence;
- **MELHORIA CONTÍNUA DA FERRAMENTA DE ABERTURA DE CHAMADOS,** bem como disponibilização de informações gerenciais mais abrangentes;
- **AQUISIÇÃO DE 4 (QUATRO) SERVIDORES DE CLUSTERIZAÇÃO:** irão proporcionar melhor segurança, celeridade e gerenciamento dos recursos computacionais e de dados;
- **Melhorias dos serviços in Cloud (Nuvem):** proporcionando melhorias na segurança, disponibilização e confiabilidade do ambiente computacional;
- Acompanhamento contínuo das Configuração da rede de dados;
- Acompanhamento e controle das configurações do firewall FortiGate;
- Acompanhamento e controle da configuração da veeam backup;
- Disponibilização e configuração de link de dados principal e redundante da SEMFAZ.

3.5.1.6 Inteligência Estratégica e Gestão do Conhecimento

- Apresentação – Business Intelligence

A ferramenta de Business Intelligence a ser utilizada pela SEMFAZ foi apresentada (03.04.2023) a todos os líderes da instituição. Será utilizada no mapeamento e na gestão dos indicadores de desempenho das atividades fazendárias, visando fornecer subsídios relevantes para embasar as decisões estratégicas da gestão.



3.5.2 Gestão de Pessoas

3.5.2.1 Posse de novos auditores de tributos municipais – 2023

A Prefeitura de São Luís empossou oito novos auditores fiscais de tributos da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz) que foram aprovados em concurso público para a área.



21.07.2023



28.08.2023



25.09.2023

A entrada destes profissionais ao fisco municipal tem garantido o avanço das ações de fiscalização, a modernização da área fiscal e gerando o aumento real da arrecadação própria da capital maranhense.

Profissionais de diversas áreas já foram empossados para o cargo de auditores fiscais de tributo da Semfaz. Com a entrada de mais servidores para a Fazenda Municipal, a

Prefeitura de São Luís melhora ainda mais as ações na secretaria que vem passando por um processo de modernização e entrega muita qualidade ao serviço público.

3.5.2.2 Curso Prático, Completo e Avançado de Dívida Ativa e Cobrança Fazendária

Já no início de fevereiro de 2023 foi realizado mais um módulo da Capacitação dos Auditores Fiscais da Semfaz, com o **Curso Prático, Completo e Avançado de Dívida Ativa e Cobrança Fazendária**. Participaram da capacitação Auditores Fiscais, servidores da Superintendência de Lançamento e Arrecadação da Semfaz e da PGM, que atuam diretamente com a Dívida Ativa e Cobrança Fazendária.

3.5.2.3 Curso Prático sobre a arrecadação de IPTU e ITBI

Ainda em fevereiro de 2023, a formação dos Auditores Fiscais continuou, desta feita com a execução do módulo 8. Nesta edição, auditores e servidores das áreas de cadastro, fiscalização e ITBI concluíram um curso prático, abrangente e avançado **sobre a arrecadação de IPTU e ITBI**. A capacitação visa impulsionar ações voltadas para o aprimoramento da arrecadação municipal e da qualidade na prestação de serviços.

3.5.2.4 Treinamento – Sistema SIARH – Folha de Pagamento



No dia 08 de março, foi realizado, no auditório da SEMFAZ, um treinamento sobre a Folha de Pagamento destinado a todos os órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura de São Luís.

O público-alvo do evento envolveu os servidores que atuam em todas as etapas do processo de pagamento da Folha de Pessoal. Durante o treinamento, os participantes tiveram a oportunidade de familiarizar-se com as funcionalidades do **Sistema SIARH** e aprender novos procedimentos relacionados à preparação da folha de pagamento de cada órgão.

3.5.2.5 Oficinas de Trabalho com Novos Auditores Fiscais

As Oficinas de Trabalho da SEMFAZ retomaram suas atividades, sendo conduzidas pelo secretário José Azzolini.

Em uma reunião realizada em 7 de janeiro, os Auditores Fiscais nomeados ao longo do ano foram reunidos para revisar os temas discutidos nos encontros anteriores.

O foco principal das oficinas é desenvolver um novo modelo de gestão, visando alcançar a excelência na prestação de serviços à comunidade.

3.5.2.6 Integração de Novos Auditores

Na quinta-feira, 15 de janeiro, ocorreu uma programação de integração destinada aos Auditores Fiscais de Tributos nomeados neste ano.

Durante o evento, os profissionais tiveram a oportunidade de familiarizar-se com o funcionamento da instituição, seus setores, chefias e lideranças, bem como obter insights sobre o andamento de processos e as atividades desenvolvidas na SEMFAZ.

O encontro proporcionou um momento de integração entre as diversas áreas e colegas de trabalho.

3.5.3 Infraestrutura e Ambiente

As atividades na Semfaz vão além da arrecadação municipal. Muito é feito internamente para a realização das atividades rotineiras no órgão. No último ano a Semfaz alavancou suas ações de conservação da sede do órgão na Av. Kennedy e apoio na mudança para uma nova sede no centro da cidade, para manter um ambiente de trabalho mais seguro, organizado e limpo para a execução das atividades de trabalho pelos seus servidores.

Dentre as atividades logísticas, estão: **Limpeza – Segurança – Arquivo – Transporte**

Abaixo, um breve resumo sobre as atividades:

Atualmente, a Semfaz conta com diversos contratos de empresas terceirizadas - geridos pelo setor de contratos da Semfaz -, e com servidores responsáveis por cada um destes. Estas empresas atuam tanto na parte administrativa, dando suporte a diversos setores como o atendimento, ITBI, Cadastro, Financeiro e outros, assim como empresas terceirizadas atuando na área de limpeza e conservação do órgão e também na segurança do órgão.

A equipe de **segurança** trabalhou 24h na sede do órgão, localizado na Avenida Kennedy e, também, na nova sede, na Rua do Egito. A equipe trabalha na Semfaz mesmo quando o órgão está fechado para o atendimento. A nova sede, que segue em fase de obra e reforma conta com uma equipe de segurança terceirizada 24h no local.

A equipe de **limpeza**, formada por terceirizados, trabalha de segunda à sexta-feira, das 7h às 17h e, em 2022, foi responsável pela limpeza de toda a sede e também na nova sede, já deixando toda a unidade conservada no quesito limpeza.

Os funcionários terceirizados que trabalham em atividades **administrativas** seguem os horários estabelecidos por suas chefias imediatas.

A Semfaz conta também, com o setor de **arquivo**, onde todos os processos administrativos impetrados no órgão ficam arquivados. Neste setor, a maior parte dos servidores são da Semfaz. O contato entre Semfaz e Arquivo é constante, visto que sempre há a necessidade de recuperação de documentos a pedido de contribuintes e/ou setores.

O setor de **transporte** conta com diversos motoristas que são responsáveis pela entrega de ofícios a outros órgãos, transportar processos a bancos, auditores fiscais a visitas em outros órgãos, equipe do cadastro a vistorias, além do transporte de servidores a atividades que necessitam de deslocamento. Os motoristas são vinculados ao CAD e os veículos são alugados – contrato gerido pelo setor de contrato com um chefe de contrato que responde por todas as necessidades.